



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Reflexões sobre a mediação e o entrelace de saberes pedagógicos e psicopedagógicos

Orientanda: Thamires de Souza Siqueira

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Vitória Campos Mamede Maia

Rio de Janeiro/RJ

Dezembro de 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Reflexões sobre a mediação e o entrelace de saberes pedagógicos e psicopedagógicos

Thamires de Souza Siqueira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profª Drª Maria Vitória Campos Mamede Maia

Rio de Janeiro/RJ
Dezembro de 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Reflexões sobre a mediação e o entrelace de saberes pedagógicos e psicopedagógicos

Thamires de Souza Siqueira

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Vitória Campos Mamede Maia(UFRJ-PPGE)

Prof^ª. Dr^ª. Regina Céli Oliveira da Cunha (UFRJ_FE LISE)

Prof. Dr. Reuber Scofano (UFRJ_FE LISE)

Prof^ª MS Silvia Coimbra (Colégio Notre Dame – PPGE)

Prof^ª Jonathan Aguiar (CAP-UFRJ-PPGE)

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha mãe, pois foi ela que me lutou para que eu pudesse chegar até aqui e a todas as crianças que lutam para terem uma inclusão escolar plena.

Agradecimentos

O caminho percorrido até aqui não foi fácil. Minha infância não foi tão fácil porque a formação acadêmica seria? Os meus agradecimentos no presente trabalho são para muitas pessoas que fizeram parte do meu crescimento pessoal, profissional e acadêmico.

Primeiramente eu gostaria de agradecer à minha família, especialmente a minha mãe, Marilza, que lutou sozinha para criar a mim e meu irmão. Uma guerreira, que trabalhou em casa de família para tentar me dar o melhor possível e eu tenho certeza que está muito orgulhosa de ter participado desse processo e de mais uma conquista na minha vida, na verdade essa conquista não é só minha é nossa! Mãe, eu dedico a você este trabalho e todo o meu agradecimento por tudo que fez por mim e hoje eu posso te retribuir com essa singela homenagem.

Outra pessoa muito importante na minha vida, mesmo com pouco tempo de convívio, que gostaria de agradecer é ao meu pai Delício (*in memórian*). Infelizmente a sua vida foi tirada muito precocemente e hoje não está aqui para comemorar e viver esse momento junto comigo. Mesmo não estando aqui, tenho a certeza que, de onde estiver, está vibrando e comemorando este momento, assim como todos os outros momentos felizes e tristes da minha vida. Querido pai, quero que saiba que estou muito feliz em poder te orgulhar onde quer que você esteja.

Mais uma pessoa especial na minha vida que eu quero homenagear é a minha madrinha e tia Leila Márcia (*in memórian*). Ela foi fundamental nesse processo, pois em momentos de angústia e dificuldade sempre esteve disponível para me ajudar. Ela esteve comigo e com a minha mãe em todos os da minha vida. Na ausência do meu pai, foi ela quem ajudou a minha mãe a me educar, sempre incentivando, apoiando para nunca desistir e sempre estudar e querer o melhor. Na verdade, ela foi para mim mais do que uma madrinha ou tia, foi uma segunda mãe. Infelizmente ela não está mais entre nós para comemorar esse momento, mas tenho certeza, que assim como o meu pai, está vibrando por mais uma vitória na minha vida.

Como não homenagear ao meu marido? Desde que nos conhecemos sempre me incentivou a buscar o melhor na minha carreira profissional. Sempre compreendendo a minha rotina intensa de trabalho e estudos, sempre se mostrando paciente e contente a cada passo e a cada conquista. Nessa reta final da graduação foi um grande parceiro, que torceu a cada parágrafo escrito, a cada capítulo concluído. Sem o seu companheirismo e amor não seria a mesma coisa a caminhada traçada até aqui.

Como agradecer sem citar a minha amável orientadora Prof Dr Maria Vitória Maia, ou

para os mais íntimos, Vicky. Minha querida, quero que saiba que quando lhe escolhi como orientadora eu estava me espelhando em você como profissional exemplar que és. Tenho uma admiração tamanha pela sua garra, pois mesmo adoecida esteve presente na faculdade, quando possível, ministrando aulas, estudos, orientações. O seu carisma me encantou e me tornou eternamente apaixonada pela Psicopedagogia e inclusão. Você me fez conhecer um campo do conhecimento tão importante na Educação. A cada passo dado na monografia, a cada correção, a cada vez que me chamava de Thata e me dizia que o meu esforço valeria à pena, que me chamava atenção para os prazos, eu tinha certeza que você estava junto comigo nessa caminhada. Muito obrigada por tudo. Agradeço também a todos os professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro que fizeram parte da minha formação acadêmica e que me ajudaram a construir conhecimentos para ter uma prática pautada em uma formação de excelência.

Devo agradecer também aos meus amigos, não irei citar nomes pois são muitos, que sempre estiveram comigo, seja desde o ensino médio ou aqueles que no caminhar acadêmico e profissional agregaram na minha vida, sempre estavam dispostos a me ajudar e torciam para que o meu desenvolvimento fosse de alegrias, conquistas, estudos. Agradeço porque, nos momentos de ausência, sempre compreendiam e relevavam, além de me incentivarem para chegar ao meu objetivo. Termino os agradecimentos citando uma música que resume toda a minha vida:

Gratidão

Depois de tanto tempo eu continuo de pé
Depois de tanto tempo me voltou a fé
Que eu tinha perdido em mim
Eu sei que é difícil
Não é tão simples assim
Eu não conseguia respirar
Parecia meu fim eu ia me afogar
Sozinho eu não ia conseguir
Você mostrou o caminho por onde dava pra ir
Me ajudou a levantar depois que eu caí
Me ajudou a levantar depois que eu caí
Tem dias que parecem conspiração
Portas se fecham
Todos dizem não

E nada faz passar a dor
De se sentir só
Só mais um perdedor
Sozinho eu não ia conseguir
Você mostrou o caminho por onde dava pra ir
Me ajudou a levantar depois que eu caí
Me ajudou a levantar depois que eu caí
ÀS vezes acho que é perseguição
Não ter nada, vivendo em solidão
Por isso fiz essa canção
Parece bobagem, mas é gratidão...
Sozinho eu não ia conseguir
Você mostrou o caminho por onde dava pra ir
Me ajudou a levantar depois que eu caí
Me ajudou a levantar depois que eu caí.
(DINHO OURO PRETO, 2004)

Epígrafe

Incluir é viver a beleza da diversidade,
É respeitar as nossas muitas diferenças.
É superar limites
E compreender nossas distintas realidades.

Incluir é agir.

Incluir é aprender hoje, amanhã e sempre
A conviver com nossas incompletudes,
Acreditando que podemos evoluir
Se para isso conjugarmos o verbo agir.

Incluir é sentir.

Incluir é verbo/ação pela busca de irmos além
Da simples integração e aceitação: é movimento
De inteireza, de inteira interação,
De corpo, alma e sentimento.

Incluir é viver.

Incluir é viver acreditando que como humanos,
Podemos sempre seguir adiante:
Se nossa realidade imediata nos limita,
Boas doses de sonho alimentam um outro dia.

Incluir é aprender.

Incluir é aprender a estar em processo
Dinâmico e permanente de busca, de aprimoramento
Sabendo-se ser, toda hora, todo dia Ser em construção
Aprendendo com Ana, Paula, Maria, Pedro, Antonia, Freire e João.

Incluir é pensar.

Incluir é verbo/ação quando juntos estamos,
Em qualquer idade,
Agindo, sendo, vivendo e pensando
No como fazer para (re)aprender
A viver com amorosidade.

Incluir é verbo/ação quando deixarmos
Um pouco de lado o simples falar
E passarmos com amor, coragem,
Ideal e muita vontade, a agir.

Incluir é agir. (João Beauclair, 2007)

RESUMO

SIQUEIRA, T. S. Formação docente: reflexões sobre a mediação e o entrelace de saberes pedagógicos e psicopedagógicos. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) - Faculdade de Educação; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

A presente monografia tem o objetivo de analisar como os conhecimentos pedagógicos e psicopedagógicos influenciaram no processo de mediação escolar de um aluno diagnosticado dentro do transtorno do espectro autista (TEA). Buscarei responder qual é a importância da mediação escolar, por que por meio do trabalho em conjunto com a família, equipe terapêutica e comunidade escolar, o mediado conseguiu desenvolver a aprendizagem. A pesquisa realizada é qualitativa, do tipo história de vida. Foi realizada uma entrevista semiestruturada, análise documental e observações realizadas no campo da pesquisa. As observações ocorreram em uma escola particular (regular) do Rio de Janeiro. A partir do material coletado na presente pesquisa, que são os balizadores para a análise dos resultados, realizei uma reflexão de como a minha ação de mediadora escolar influenciou no processo escolar do aluno em questão. Como referencial teórico, na área de conhecimento da Psicopedagogia, deste trabalho foi utilizada a obra de Fernández (2001), pois com este referencial teórico obtive respostas aos meus questionamentos.

Palavras chaves: mediação escolar, inclusão, autismo, psicopedagogia.

Abstract

S. T.S. From Intuition to Teacher's training: reflections about mediation and the intertwined of pedagogical and psychopedagogical concepts. Monograph (Working Education Course Completion) – Faculty of Education, Federal University of Rio de Janeiro, 2017.

The objective of this present essay is to analyze how pedagogical and psychopedagogical knowledge influenced the school mediation of a student diagnosed within the specter of autism. I will seek to answer what is the importance of school mediation; and why working in unity with the student's family, psychological supportive team and school community were important to the Caio's learning process. The research is a qualitative study, using a life history style. It was done through a semi-structured interview, analysis of documents and field observations. The observations took place in a regular private school in Rio de Janeiro. The analysis of the collected material will lead to a reflection of how my work as a mediator has influenced in the school process of the student being studied. The theoretical basis for this work is Fernández writings (2001), and through this author I will seek to answer the question

Keywords: school mediation; inclusion; autism; psychopedagogy.

Sumário

Introdução.....	14
Motivação.....	14
A pesquisa e sua relevância para o campo da Educação	15
Problema.....	15
Capítulo 1: Políticas Públicas e autismo.....	19
1.1 Autismo.....	19
1.2 Políticas Públicas	22
Capítulo 2: O mediador Escolar e sua relação com a Psicopedagogia	31
2.1 Mediação: o que é?	31
2.2 Relacionando a Psicopedagogia com a Prática de Mediação.....	33
Capítulo 3 – A pesquisa: descrição e resultados	42
3.1 A pesquisa	42
3.2 Sujeitos	43
3.3 Local da pesquisa.....	44
3.4 Instrumentos da pesquisa.....	44
3.5 Formas de análise dos dados	48
3.6 Resultados obtidos pelos instrumentos	48
3.6.1 Entrevista com a mãe de Caio	51
3.6.2 Entrevista com Caio	53
3.6.3 Entrevista com o professor de espanhol	54
3.6.4 Análise documental: anotações da pesquisadora.....	56
Conclusão	64
Referências	66

Índice de tabela e figuras

Tabela 1 Pesquisa bibliográfica de 2017.....	17
Figura 1 Produção de Caio na questão de conceitos que recebia nos trabalhos	61
Figura 2 Produção de Caio - organização do espaço	61
Figura 3 Produção textual de Caio depois de um tempo de mediação	62
Figura 4 Produção de Caio em Matemática	62
Figura 5 Produção de Caio em problemas matemáticos	63

Introdução

Motivação

A presente pesquisa aborda um tema que está em evidência na sociedade: a inclusão. Sempre me interessei em estudar e trabalhar com crianças que estão incluídas em turmas regulares. Em 2014, iniciei um trabalho como mediadora em uma escola particular na Zona Sul do Rio de Janeiro, com o regime de contratação particular, ou seja, sou contratada pela família do Caio¹. A escola na qual ele estuda disponibiliza o profissional para desenvolver a função de mediador escolar, porém a família optou em continuar com a mediação particular. A mãe do Caio, eu e a escola assinamos um documento com firma reconhecida em cartório para que fosse possível eu continuar desenvolvendo o trabalho com o aluno em questão. Há três anos, desenvolvo a mediação escolar de um aluno diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA)² na instituição escolar citada.

A mediação foi iniciada no final do primeiro bimestre do 4º ano do Ensino Fundamental no ano de 2014. Atualmente, o Caio está no sétimo ano do segundo segmento do ensino fundamental. No início do trabalho, me deparei com muitos desafios a serem enfrentados por mim com o Caio, tais como o resgate do prazer em aprender, recuperar o fracasso escolar que ele estava vivenciando, socialização, rigidez com mudanças, restrição alimentar, fragilidade emocional, infantilização, contato visual, concentração, ansiedade, entre outros.

Durante o desenvolvimento do trabalho de mediação levantei alguns questionamentos, dentre eles: qual a importância da mediação? Quais foram as minhas ações que ajudaram o Caio, em que essas ações estavam pautadas? Por que esse aluno estava vivenciando o fracasso escolar? Por que a todo momento dizia "eu não sei", "sou burro", "quero responder do meu jeito"? Por que, para responder uma questão, ele sente a necessidade de primeiro oralizar a resposta? Por que depois de um tempo de trabalho em conjunto ele começou a desenvolver a aprendizagem? Qual é a importância da troca com a equipe terapêutica? Por que as vezes fala que esqueceu algum conteúdo ou acontecimento? No decorrer do período e do trabalho em equipe (escola, família, aluno que recebeu o apoio da mediação, psicóloga e mediadora) notei avanços significativos. Tais avanços se deram no âmbito da aprendizagem e desenvolvimento

¹ Nome fictício para manter o anonimato.

² TEA significa Transtorno do Espectro Autista, que é uma síndrome caracterizada por déficits sociocomunicativos e de comportamento. Ela será melhor discutida ao longo do presente trabalho. A partir desse ponto será utilizada essa sigla ao longo do texto.

psicológico, motivacional, autonomia entre outros e serão melhor discutidos no decorrer do presente trabalho.

Ao cursar a disciplina Psicopedagogia, em 2015, no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, constatei que o meu trabalho estava sendo pautado, intuitivamente, na teoria psicopedagógica, no sentido de que, ao refletir sobre a minha prática percebi que utilizava conceitos desta disciplina que cursava. Assim sendo, encontrei algumas respostas para os meus questionamentos estudando a Psicopedagogia, mais especificamente Fernández (2001), autora referência desta monografia.

A pesquisa e sua relevância para o campo da Educação

O presente estudo é etnográfico com abordagem qualitativa, do tipo história de vida, uma vez que se pretende investigar quais aportes teóricos da Psicopedagogia e da formação em Pedagogia auxiliam no trabalho de mediação escolar. Especificamente, foi observado e analisado, como a Pedagogia e a Psicopedagogia me auxiliaram na função de mediadora e na construção do processo de conhecimento de uma criança entre os anos letivos de 2014-2017, diagnosticada dentro do TEA, na qual realizo a mediação há quatro anos letivos.

Esta pesquisa será pautada nos seguintes instrumentos para que haja fidedignidade no confronto dos dados de acordo com a validação da triangulação em pesquisa: entrevista com a responsável do Caio, Caio e professor que fez parte da trajetória escolar do Caio durante dois anos letivos consecutivos, análise documental de provas e trabalhos realizados pelo Caio na trajetória escolar, além da legislação relacionadas ao autismo e a inclusão e, ainda, em observações realizadas durante três anos de trabalho. Assim, busca-se a obtenção de dados que poderão me auxiliar no resultado da pesquisa. Ao eleger tais instrumentos, sigo a orientação de Ivenicki (2016) sobre a importância da triangulação para fidedignidade dos resultados e análise dos mesmo em uma pesquisa.

A inclusão e o trabalho com os alunos com necessidades educacionais específicas (GONZÁLES, 2007)³ são assuntos que não possuem uma grande quantidade de estudos científicos. Realizei levantamentos nas plataformas acadêmicas e científicas. Dentre eles, na plataforma da Anped⁴, encontrei setenta e dois trabalhos relacionados com a educação especial

³ O termo utilizado refere-se aos alunos com dificuldades de aprendizagem ou problemas de aprendizagem. Esse termo não está associado somente aos que são atendidos pela Educação Especial.

⁴ Anped significa Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>.

que estão divididos em diversos temas, tais como a formações de professores, legislação, políticas públicas, função da escola e apenas dois trabalhos enfatizando os alunos com TEA, intitulados da seguinte forma: “Investigando a qualidade da inclusão de alunos com autismo nos anos iniciais” (KUBASKI, POZZOBON, RODRIGUES,2015) e “Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola: uma proposta necessária e em ascensão.” (GRANEMANN,2007).

Inicialmente foi realizado um levantamento de dados na biblioteca eletrônica SciELO⁵ (*Scientific Eletronic Library Online*) em novembro de 2016. No primeiro momento, a busca foi realizada com as palavras-chave “mediação escolar e autismo”, “mediação psicopedagógica”, “psicopedagogia e inclusão” e encontrei uma publicação intitulada “As práticas de in/exclusão na escola e a redefinição do conhecimento escolar: implicações contemporâneas” (LOCKMANN,2014). Ao utilizar as palavras-chaves “autismo e inclusão” foi possível identificar trinta e quatro publicações das quais apenas cinco se aproximam do tema desta pesquisa. As publicações foram as seguintes: “Escolarização de alunos com autismo” (LIMA, LAPLANE,2016), “A inclusão escolar nas autobiografias de autistas” (BIALER,2015), “Capacitação de agentes educacionais: propostas de desenvolvimento de estratégias inclusivas”. (BENITEZ, DOMENICONI,2014) e “A inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular em Portugal: a opinião de educadores de infância e de professores do 1º ciclo do ensino público e privado” (RODRIGUES, E FERREIRA,2017) e “Narrativas sobre a inclusão de uma criança autista: desafios à prática docente.” (DA LUZ; GOMES E LIRA,2017).

Ao realizar a pesquisa com as palavra-chave “mediação escolar” encontrei noventa e quatro publicações e apenas duas são pertinentes ao tema proposto: “Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões”. (MOUSINHO, ET AL,2010). Com as palavras-chaves “inclusão e mediação” identifiquei quarenta publicações, onde das quais seis possuem alguns aspectos próximos ao tema e apenas uma se aproxima ao tema do presente trabalho intitulado como “Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na Teoria da Experiência de Aprendizagem Mediada”. (FARIAS, MARANHÃO E CUNHA,2008).

Realizei outro levantamento na base Minerva⁶ com a palavra-chave “inclusão” e encontrei mil e vinte e uma publicações entre, teses, dissertações, livros e artigos, porém apenas

⁵ SciELO significa *Scientific Eletronic Library Online*. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>.

⁶ <https://minerva.ufrj.br/F?RN=21917421>

duas dialogam com tema a que me proponho estudar que são: “Olhares sobre o mediador escolar: um agente social a serviço da inclusão escolar” (AZEVEDO,2015) e “ Inclusão em educação: um estudo sobre as percepções de professores da rede estadual de ensino fundamental do Rio de Janeiro, sobre práticas pedagógicas de inclusão” (MELO,2010) e duas possuem assuntos que podem contribuir para o estudo: “Laboratório de aprendizagem: das políticas às práticas de inclusão e exclusão em educação” (SANTIAGO,2011) e “ Inclusão em educação: das políticas públicas às práticas do cotidiano escolar” (LEME,2011) e “ Os fundamentos da política pública de educação inclusiva: acessibilidade e autonomia” (JUNIOR, 2017). A partir da palavra-chave “mediação” constatei cento e quatorze publicações e apenas uma é relacionada ao meu estudo que foi intitulada como “Olhares sobre o mediador escolar: um agente social a serviço da inclusão escolar” (AZEVEDO,2015). Já usando “educação especial e autismo” encontrei uma dissertação com o seguinte título “Autismo e educação: a constituição do autista como aluno da rede Municipal no Rio de Janeiro” (DAVID,2012), e com as palavras “psicopedagogia e mediação” não foi possível encontrar publicações. A tabela 1 a seguir mostra o resumo das pesquisas realizadas.

Bases de pesquisa	Autismo e inclusão	Mediação escolar e autismo	Mediação escolar	Inclusão e mediação escolar
Anped	72	0	0	0
Scielo	34	0	94	40
Minerva	4	1	370	73

Tabela 1 Pesquisa bibliográfica de 2017

Há poucos trabalhos científicos publicados sobre a temática ora abordada, como pode ser verificado na tabela 1, e tal resultado pode ser justificado pelo fato de que temas sobre a inclusão estão em evidência faz pouco tempo, ou seja, a questão é muito recente no âmbito educacional. Além de haver poucos trabalhos publicados nas plataformas acadêmicas, no currículo do curso de Pedagogia da UFRJ, não há muitas disciplinas que abordam tal campo. Por isso, é de extrema importância desenvolver estudos sobre o tema mediação, principalmente no âmbito da graduação, em seu trabalho de conclusão de curso. O presente trabalho pode contribuir para que haja avanços e entendimentos na área de Educação Inclusiva, e assim auxiliar profissionais atuantes na área para que haja um trabalho com bases teóricas consolidadas, e que os alunos incluídos alcancem os objetivos não somente na vida escolar, mas também nas demais áreas ao longo da sua vida.

Esta monografia se divide em quatro capítulos. O **primeiro** irá abordar as políticas públicas e o autismo, onde será feito um levantamento histórico sobre o autismo, bem como os teóricos envolvidos nesse processo e os documentos oficiais que caracterizam o mesmo. Além de analisar documento internacional, legislações que se referem à inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. O **segundo** capítulo intitulado “O mediador escolar e sua relação com a Psicopedagogia” tem por objetivo descrever e caracterizar o que é a mediação escolar e qual a função do mediador, relacionando a minha prática como mediadora de um aluno autista com a corrente teórica da Psicopedagogia. O **terceiro** capítulo irá abordar a pesquisa feita bem como a descrição dos resultados. Tratará de esclarecer os sujeitos que participaram da entrevista, o local onde a mesma foi realizada, as perguntas realizadas, os instrumentos de pesquisa, a forma utilizada para analisar os dados e os resultados obtidos a partir da análise dos mesmos. Por fim será apresentada a conclusão obtida por meio da pesquisa realizada.

Problema a ser investigado

A inclusão e olhar para os alunos com necessidades específicas ou com deficiência é um assunto que ainda não possui muitos estudos científicos. Há uma lei onde determina que tais alunos devem ser inseridos em escolas regulares, ou seja, eles possuem o direito de estudar em uma turma com alunos que não possuem necessidades específicas e/ou deficiência, e não mais estudar em uma escola especializada. Com essas mudanças na rotina escolar esses alunos, em sua grande maioria, são matriculados em escolas regulares e não recebem atenção e cuidados necessários e básicos que podem auxiliar no desenvolvimento e aprendizagem. E para a área da educação é um problema muito sério que influencia diretamente na vida de muitos alunos.

O problema estabelecido para este trabalho é entender como a Pedagogia e a Psicopedagogia influenciam no processo de inclusão, aprendizagem e sucesso escolar do aluno e como essas áreas de conhecimento são atuantes e facilitadores para os alunos incluídos para que desenvolvam a aprendizagem. Será considerado nesse estudo a teoria, as ferramentas e os métodos utilizados pela Psicopedagogia, além do seu uso e eficácia no cotidiano do aluno.

Em suma, o trabalho será norteado na seguinte questão: Quais são as interferências e contribuições que a Psicopedagogia e Pedagogia possuem no processo de inclusão e aprendizagem de um aluno diagnosticado no espectro autista?

Capítulo 1 Políticas Públicas e o autismo

1.1 Autismo

Quando eu era pequeno, nem sabia que era uma criança com necessidades especiais. Como descobri? Com os outros me dizendo que eu era diferente de todo mundo, e que isso era um problema. Pura verdade. Para mim, era muito difícil agir como uma pessoa normal. (HIGASHIDA, 2006, p.21)

As primeiras publicações sobre autismo foram no ano de 1930/1940 por Leo Kanner⁷, que destacou três pontos que deveriam ser considerados para investigar o autismo, tais pontos são: modéstia, humildade e cautela, pois “segundo ele, somente assim nos resguardaríamos de uma atitude pseudocientífica” (BAPTISTA E BOSSA, 2002, p.21). Kanner (apud BAPTISTA E BOSSA, 2002, p.23) atendia crianças e observou uma inaptidão em estabelecer um relacionamento interpessoal, dificuldade e atraso no desenvolvimento da fala, usava fala sem objetivo de se comunicar, ou seja, não era utilizada com intuito de receber e transmitir mensagens, tais falas não possuíam sentido, realizavam repetições de palavras ou de fragmentos que haviam decorado (ecolalia), referiam-se a si mesmos na terceira pessoa, apresentavam dificuldades motora global, boa habilidade na motricidade fina, limitação em ter variedade de atividades espontâneas. Kanner (apud BAPTISTA E BOSSA, 2002, p.23) acreditava que seus pacientes possuíam uma inteligência e um bom potencial cognitivo.

Os autistas apresentam, segundo Kanner (apud BAPTISTA E BOSSA, 2002, p.24), dificuldades de aceitar alterações do meio externo e interno, apresentam medos e dificuldades em saber lidar com ruídos altos, dificuldade em ver objetos quebrados ou incompletos, realizam atividades repetitivas, não aceitam novos alimentos, medo das mudanças em qualquer área, apresentam movimentos repetitivos e estereotipados e fixação em alinhar objetos.

Baptista e Bosa (2002) diz que Kanner (apud BAPTISTA E BOSSA, 2002) definiu “que o autismo se origina de uma incapacidade inata de estabelecer um contato afetivo habitual e biologicamente previsto com as pessoas, chamando atenção para a necessidade de estudos que forneçam “critérios concretos” sobre os componentes constitucionais da reatividade emocional”. (p.25)

Um ano depois, em 1944, Hans Asperger (apud BAPTISTA E BOSSA, 2002, p.25)⁸ também contribuiu para a descrição e caracterização do autismo. As descrições feitas por ele

⁷ Pediatra e psiquiatra austríaco.

⁸ Médico psiquiatra.

são mais amplas se comparadas com as descrições de Kanner. Asperger (apud BAPTISTA E BOSA, 2002, p.25) observou crianças em seu consultório e constatou que elas possuíam dificuldades em manter o contato visual fixo no decorrer das relações sociais, além de apresentar olhar periférico brevemente. Constatou que realizavam gestos peculiares (estereotípicos), comprometimento na fala e no sentido e na construção gramatical além da mesma ser monótona sem fazer questão de construir um diálogo com fluidez e frases com informações básicas, dificuldades em estabelecer aproximação e interação social.

Responder o que é autismo não é uma tarefa fácil, pois nos tempos atuais não há uma definição específica e sim há múltiplos termos e sinônimos, e assim é possível constatar a complexidade da síndrome. O autismo é considerado um espectro, pois pode haver incidência de um ou mais transtornos do neurodesenvolvimento e, assim, há uma variedade da gravidade/grau das circunstâncias do autismo. Não há uma forma pré-determinada para se manifestar e os sintomas podem ser variados (DSM-V-TR). É possível realizar o diagnóstico nos primeiros anos de vida da criança. Quanto antes esse processo for realizado melhor, pois o acompanhamento irá começar cedo e assim é possível melhorar a condição de vida do indivíduo.

A palavra autismo é originada do grego *autós* e significa “de si mesmo”. No dicionário Aurélio autismo significa “fenômeno patológico caracterizado pelo desligamento da realidade exterior e criação mental de um mundo autônomo”.

O DSM-V-TR (Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais) e o CID10 (Classificação Internacional de Doenças) descrevem o que é o autismo. O DSM-V-TR enumera algumas características que são cruciais para diagnosticar o autismo, tais como: dificuldades na comunicação social e na interação, critérios limitados e repetitivos no comportamento, interesses ou atividades; tais sintomas refletem e influenciam no funcionamento cotidiano da criança autista. A dificuldade na comunicação social está relacionada com a insuficiência da linguagem e que pode variar tendo a ausência total da fala, além de atrasos na linguagem, pouco entendimento da fala, falar em eco e uso literal da linguagem. As dificuldades relacionadas com a interação socioemocional são apresentadas pelo bloqueio em manter relações emocionais e expressar sentimentos, podendo limitadamente imitar comportamentos de outras pessoas.

Quando há a presença da linguagem a mesma é utilizada para, geralmente, solicitar algo e não para realizar conversas e expressar sentimentos. A comunicação verbal é utilizada com o objetivo de interação social é prejudicada não havendo contato visual, gesticulação, expressão fácil, orientação corporal ou entonação na fala. O comportamento é marcado por estereotípias, que é a fixação por movimentos repetitivos (girar objetos, enfileirar objetos, alinhar objetos,

entre outros) e a fala repetitiva é caracterizada pela ecolalia, repetição das palavras ouvidas, referir a si mesmo na terceira pessoa. Outro fator que interfere no comportamento é o padrão em manter rotinas tendo resistência em relação a mudanças.

O DSM-V caracteriza o autismo utilizando duas características centrais: insuficiência na comunicação social e interação social, modelos repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades. A autismo, segundo DSM-V, engloba o Transtorno do Espectro Autista, Transtorno de Asperger, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno de Rett e o Transtorno Global do Desenvolvimento.

O CID10 classifica o autismo como um transtorno invasivo do desenvolvimento. O documento enumera alguns outros distúrbios com o quadro autístico que são: Síndrome de Asperger, autismo atípico, transtorno de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância. Tais distúrbios possuem diferenças entre si no que diz respeito às suas características e sintomas.

A Síndrome de Asperger não manifesta retardo mental, atraso cognitivo e prejuízos relacionados à linguagem. Porém a criança tende a se manter isolada, solitária, possui interesses por campos específicos, possui pensamentos rígidos, complexos e que não se permite mudanças. O autismo atípico é considerado quando indivíduo apresenta um comprometimento grave e global do desenvolvimento da interação social, comunicação verbal e não verbal e a presença de estereotípias (movimento repetitivo, fixação por movimentos circulatorios).

O Transtorno de Rett apresenta severo retardo mental e severo prejuízo no desenvolvimento da linguagem expressiva e receptiva, em conjunto com retardo mental e psicomotor, podendo haver convulsões. Há maior incidência em crianças do sexo feminino. O transtorno desintegrativo da infância incide, na maioria das vezes, em crianças do sexo masculino e, geralmente, é acompanhado de retardo mental. O indivíduo pode ter o empobrecimento e a perda da fala e da linguagem além da desintegração do comportamento. Por fim o autismo apresenta comportamentos que são agrupados em uma tríade que são: “comprometimento na comunicação, dificuldades na interação social e a atividades restrito-repetitivas”. (CUNHA, 2012, p. 20)

O autismo pode se manifestar nos primeiros meses/anos de vida de um bebê, porém os sintomas ficam mais evidentes a partir dos três anos de idade. As primeiras características que podem ser notadas são: os laços sociais e emocionais não são satisfatórios, há a falta de reciprocidade afetiva, limitação na comunicação verbal, não apresentam expressões por meio de gestos, possui dificuldades para corresponder a sinais visuais.

As crianças diagnosticadas no espectro autístico podem apresentar diferentes

comprometimentos, isso se dá ao fato do nível de desenvolvimento e da idade cronológica de cada indivíduo. O comportamento autístico pode ser caracterizado a partir do comprometimento de comportamentos não verbais tais como contato visual, expressão facial, posturas e linguagem corporal que estão diretamente relacionados à interação social e a comunicação, pode haver a ausência parcial ou total do desenvolvimento da fala. As crianças com autismo que desenvolvem a fala apresentam ou podem apresentar dificuldades ao iniciar ou manter uma conversação, além da ecolalia, ou seja, repetição mecânica das palavras ou frases. Tais sintomas, que se iniciam na infância, interferem na capacidade de pensamento abstrato, jogos imaginativos e a simbolização.

Comumente a criança cria estereotípias com os braços, as mãos ou com o corpo. Por apresentar as dificuldades supracitadas as pessoas criam formas próprias de se relacionar com o mundo exterior, tais formas podem ser por meio de toque, escrita, desenho, entre outras possibilidades. Por haver prejuízos na interação social a criança autista apresenta dificuldades em transformar informações em conhecimento e assim os objetos passam a ter apenas a função sensorial, uma vez que possui dificuldades em simbolizar, nomear. O comportamento autístico possui uma tendência que reforça a rigidez e a rotina.

Em resumo os sintomas são: isolamento social, não manter o contato visual, resistência o contato físico, resistência ao aprendizado, não apresentar medo diante de perigos, agir como se fosse surda, birras, rigidez em aceitar a mudança de rotina, usa pessoas para pegar objetos ao invés de se locomover para tal, hiperatividade física, agitação desordenada, calma excessiva, apego e manuseio não apropriado de objetos, movimentos circulares no corpo, sensibilidade a barulhos, estereotípias, ecolalia, não manifesta interesse por brinquedos de faz de conta, compulsão. O espectro autista é pautado na tríade de áreas que são comprometidas: alterações qualitativas das interações sociais recíprocas, modalidades de comunicação, interesses e atividades restritos, estereotipados e repetitivos.

1.2 Políticas Públicas

A inclusão de pessoas com deficiências é um assunto novo na realidade brasileira, no sentido que cada vez mais os alunos estão incluídos em turma regulares de ensino. A mediação escolar também se enquadra nessa nova realidade. Para atender a demanda e garantir os direitos dessas pessoas e amenizar as dificuldades e as diferenças, o Brasil possui vasta legislação que se constituiu historicamente. No nível internacional, há documentos que apoiam e empenham-se para que haja uma efetiva inclusão, além de sugerir direitos e práticas com esse público. Essa

parte do presente trabalho tem por objetivo citar e comentar algumas políticas públicas que interferem no campo estudado.

Iniciarei a análise da Declaração de Salamanca. Ela é considerada um dos principais documentos internacionais que contemplam a inclusão social. O documento foi elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial no ano de 1994, na cidade de Salamanca na Espanha. Ela foi criada com o objetivo de disponibilizar diretrizes básicas para formulação e reforma na área da política e no sistema educacional. Tal compromisso é destacado na seguinte parte:

1. Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de Junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, e conhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1)

A Declaração de Salamanca (1994) cita alguns direitos, características e as ações que as escolas devem tomar em relação às crianças. Destacarei o que os delegados da conferência acreditam e defendem:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades.
- Escolas que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater de atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1).

A partir do texto destacado é possível explicar e entender a importância deste documento. Nesta parte é evidente a preocupação com as crianças com deficiência. Defende e destaca o direito que toda criança tem em relação à educação e que a mesma deve manter o nível adequado de aprendizagem, e nesse processo de aprendizagem deve-se considerar que toda criança tem características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são próprias de cada um e devem ser respeitadas. As escolas devem acolher e permitir o acesso de crianças com deficiências, realizando as adaptações necessárias para que o aluno possa

frequentar a escola. As escolas regulares com olhar apropriado para criança e para isso deve-se haver programas educacionais nos sistemas educacionais para que haja apoio e respeito a essas características e diversidades presentes na sala de aula. As instituições que acolhem tais alunos precisam erradicar a descriminalização desses alunos e não permitir que tal ação seja presente no âmbito escolar.

O documento também apresenta práticas que os governos devem adotar. Dentre elas a atribuição de prioridade política e financeira para que haja o aprimoramento do sistema educacional para que estejam aptos para realizar a inclusão de todas as crianças. Outra prática que deve ser adotada é a Educação Inclusiva de acordo com o que está decretado na lei e na política, realizando a matrícula de TODAS as crianças em escolas regulares. Deve-se desenvolver projetos para que haja intercâmbio, para os educadores e os demais envolvidos no processo educacional, para outros países afim de adquirir experiências com a educação inclusiva. O governo precisa estabelecer mecanismos para planejamento, revisão e avaliação de suporte educacional para as crianças e adultos com deficiências.

É de vital importância estimular a participação dos pais (responsáveis), comunidades e organizações de pessoas com deficiência para que participem dos planejamentos e nas decisões tomadas em relação a serviços prestados para essas pessoas. Outra prática sugerida é que haja investimento em estratégias para identificar e intervir precocemente nos aspectos vocacionais de educação inclusiva.

Por fim, o governo deve oferecer treinamento para os professores, os que estão em serviço em formação, para que haja o suprimento de educação especial nas escolas.

No documento há citações de práticas para as entidades internacionais. Não irei enfatizar tais práticas, pois não atenderiam o objetivo do presente trabalho. A Declaração de Salamanca (1994, p.3) caracteriza e define o que é necessidades educacionais especiais⁹ como: “no contexto dessa estrutura, o termo “necessidades educacionais especiais “refere-se à todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função das deficiências ou dificuldades de aprendizagem”.

Caracteriza também o que é uma escola inclusiva:

Princípio fundamental da escola inclusiva é de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos acomodando ambos estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos por meio de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino uso de recursos

⁹ Esse termo foi modificado a partir de 2015, por meio da Lei Brasileira de Inclusão.

e parcerias com as comunidades. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.5).

Em resumo, a estrutura de ação do documento é formada com as seguintes seções: Política e organização, fatores relativos à escola, recrutamento e treinamento de educadores, serviços externos de apoios, áreas prioritárias, perspectivas comunitárias e requerimentos relativos à recursos.

Outro ponto desenvolvido no documento está relacionado aos ganhos, que todas as partes envolvidas, podem ter:

Uma pedagogia centrada na criança é benéfica à todos os envolvidos e, conseqüentemente, à sociedade como um todo. A experiência tem demonstrado que tal pedagogia pode consideravelmente reduzir a taxa de desistência e repetição escolar (que são tão características de tantos sistemas educacionais) e ao mesmo tempo garantir índices médios mais altos de rendimento escolar. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.4).

E completa: “escolas centradas na criança são além do mais a bases de treino para uma sociedade baseada no povo, que respeita tanto diferenças quanto a dignidade de todos os seres humanos”. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.4). Em relação a avaliação dos alunos com NEE o documento diz:

29. Para que o progresso da criança seja acompanhado, forma de avaliação deveriam ser revistas. A avaliação formativa¹⁰ deveria ser incorporada no processo educacional regular no sentido de manter os alunos e professores informados do controle de aprendizagem adquirida, bem como no sentido de identificar dificuldades e auxiliar os alunos a superá-los. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.9).

A constituição que rege o Brasil é denominada Constituição da República Federativa do Brasil que foi promulgada em 5 de outubro de 1988. A constituição de 1988, como é chamada cotidianamente, tem o objetivo de assegurar os direitos sociais e individuais, assim sendo, o grupo de pessoas com deficiência são contempladas e possuem o seu direito assegurado por meio desse documento oficial.

No capítulo II, artigo 6º, diz respeito dos direitos sociais. Neste artigo podemos encontrar o seguinte texto:

Art. 6º: são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição. (BRASIL. Art.6º,1988).

¹⁰ A avaliação formativa é caracterizada por ser uma prática avaliativa contínua que o objetivo de desenvolver a aprendizagem do aluno. Assim sendo, analisa informações que são úteis para realizar a regulação do processo de ensino.

No trecho destacado é possível observar que todo o cidadão brasileiro tem o direito à educação, sem distinção, ou seja, as pessoas com necessidades especiais têm o direito ao acesso à escola.

No capítulo III, artigo 205 da constituição, encontramos direitos em relação a educação e seus provedores.

Art.205: a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, art.205, 1988).

Estes artigos reforçam o direito que todos possuem à educação e dita quais são os responsáveis por tal, que é o Estado e a família. Posteriormente, no artigo seguinte, é relatado como um ensino deve ocorrer. Vejamos: “art. 206: o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;”. (BRASIL, art.206,1988). Neste trecho é exposto que as pessoas, inclusive as que estão em condição de inclusão, têm o direito de igualdade nas condições, acesso e permanência no ambiente escolar.

Em relação às pessoas com deficiência, há o artigo 208, parágrafo III que descreve o dever do Estado, que diz: “art. 208 III: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência¹¹, preferencialmente na rede regular de ensino.” (BRASIL, art.208, 1988).

Logo, fica claro que o Estado deve prover para as pessoas com deficiência, seja ela qual for, o atendimento educacional especializado de acordo com a deficiência do indivíduo e esse atendimento deve ser feito, quando possível, na rede regular de ensino. E complementa no artigo 227 da seguinte maneira:

Art. 227: é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, art. 227, 1988).

Para complementar os direitos de pessoas com deficiência o artigo 226, parágrafo II cita:

Art. 226 – II: criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. (BRASIL, art.226,1988).

¹¹ O termo portador de deficiência não é mais utilizado, foi substituído em 2009, através do Decreto nº 6949, por pessoas com deficiência.

Conforme o que foi destacado é dever da família, sociedade e Estado criar programas com a finalidade de prevenir e garantir o atendimento especializado para as pessoas com deficiência. Ou seja, a família, sociedade e Estado devem ofertar tratamento com psicólogo, fonoaudiólogo, médicos especializados, terapias, entre outros, com o objetivo de facilitar a interação nos diversos âmbitos da sociedade.

Outro documento proposto para análise no presente trabalho é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹² referente a lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. A presente lei foi criada a fim de garantir o direito de toda a população para que tenha acesso a uma educação gratuita e de qualidade. Além de valorizar os educadores e de estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios relacionados com a educação pública. A LDB complementa a Constituição, uma vez que a mesma estabelece princípios e direitos, mas não detalhadamente. A LDB detalha os direitos e os aspectos referentes à educação.

Neste documento há obrigações do Estado em relação à educação. O artigo 2º ele está relacionado com os princípios e fins da Educação Nacional e reforça a constituição, no sentido dos deveres da família e do Estado. O artigo diz:

Art. 2: a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da Cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, art. 2º,1996)

Além de reforçar o dever da família e do Estado, o artigo supracitado diz quais são os objetivos da educação, que são favorecer o desenvolvimento do indivíduo, prepará-lo para desenvolver a cidadania e a qualificação para inserção no mercado de trabalho.

Posteriormente no artigo 3º, parágrafo I, há o seguinte princípio: “art. 3º: o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.” (BRASIL, art.3º,1996)

O parágrafo destacado também realiza um reforço à Constituição de 1988, especificamente ao artigo 206, parágrafo I. Reforça o direito à uma educação igualitária, com condições básicas e o acesso e permanência à escola.

Em complementação e reforço ao artigo 208, parágrafo III e o artigo 226, parágrafo II da Constituição a LDB no artigo 4º parágrafo III diz: “III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.” (BRASIL, art.4º,1996)

¹²A partir desse ponto será utilizada essa sigla ao longo do texto.

Como já exposto anteriormente, o aluno com deficiência tem o direito de frequentar escolas regulares e o Estado tem o dever de ofertar a educação pública e garantir o atendimento educacional especializado.

O artigo 5º da LDB dispõe que o ensino fundamental é um direito público, onde qualquer pessoa, inclusive pessoas com deficiência, possuem o direito à escola. Podemos verificar/constatar, a seguir, que caso a lei não seja cumprida o ministério público pode interferir a fim de exigir que se cumpra e garanta o acesso à escola.

Art5: o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivado, podendo qualquer cidadão, grupos de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classes e outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (BRASIL, art. 5º,1996)

A LDB também esclarece o dever dos docentes, dentre eles: “art12. IV estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.” (BRASIL, art12, 1996). Ou seja, o professor deve desenvolver estratégias para auxiliar os alunos com problemas de aprendizagem. Tal ideia é reforçada no seguinte artigo: “art. 22: a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (BRASIL, art.22,1996)

A LDB possui um Capítulo inteiro que explora a educação especial este capítulo é o V. Ele possui três artigos com incisos e parágrafos. O capítulo esclarece o que é a educação especial segundo a lei e reforça a todos os artigos citados anteriormente, porém, de forma específica e objetiva para a educação especial.

Art58: entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, art. 58,1996)

A Lei Brasileira de Inclusão (2015) – também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência ou LBI¹³- foi finalmente promulgada depois de 12 anos de tramitação no Congresso Nacional no dia 6 de julho de 2015, sob o número 13.146. Esta Lei destina-se a assegurar e

¹³ A partir desse momento será utilizada essa sigla no decorrer do texto.

promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por parte da pessoa com deficiência, visando sua inclusão na sociedade e cidadania. A LBI (2015) tenta responder a uma reivindicação da sociedade civil, especialmente dos familiares das pessoas com deficiência, no que diz respeito a sua inclusão na sociedade, visando promover uma equiparação de oportunidades, sua autonomia e acessibilidade.

Esta Lei possui mais de 100 artigos, que tratam de diversos assuntos pertinentes às necessidades específicas das pessoas com deficiência, tais como: da igualdade e da discriminação, do direito à vida; direito à habilitação e à reabilitação; direito à saúde; direito à educação; direito à moradia; direito ao trabalho; direito à assistência social; direito à previdência social; direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer; direito ao transporte e a mobilidade.

Além disso, a LBI (2015) trata da acessibilidade, do acesso à informação e à comunicação; da tecnologia assistiva, do direito à participação na vida pública e política; da ciência e da tecnologia; assim como do acesso à justiça (do reconhecimento igual perante a lei e dos crimes e infrações).

A LBI (2015) define a pessoa com deficiência como:

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, art. 2º, 2015)

No artigo 3º, inciso XIII, a Lei define o profissional de apoio escolar:

[...] pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. (BRASIL, art. 3º, 2015)

Além disso, a LBI (2015), no artigo 92, cria o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão), que visa facilitar a elaboração de políticas públicas que favoreçam a inclusão e a realização de pesquisas. No artigo 94 a Lei se refere ao auxílio inclusão, que favorecerá a inclusão de pessoas com deficiência beneficiárias da assistência social no mercado de trabalho.

Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa:

I - recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência. (BRASIL, art. 8º, 2015)

No que diz respeito à educação, a Lei possui um capítulo com quatro artigos, do 27 ao 30, onde define o seguinte:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASIL, art. 27,2015)

No artigo 28 a LBI (2015) esclarece que não pode haver cobrança de nenhuma maneira por parte das instituições privadas de ensino no que diz respeito aos direitos educacionais das pessoas com deficiência, ou seja, os custos relacionados ao trabalho do mediador escolar devem ser de total responsabilidade da escola. Porém há brechas na lei e se a família optar em permanecer com o mediador particular, ou seja, contratado pela família, é possível desde que haja um documento redigido informando tal opção. O documento é assinado pela escola, família e mediador e as respectivas firmas são reconhecidas em cartório. E no artigo 30, da referida lei, explica as medidas que devem ser tomadas nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas.

Conforme analisado no presente capítulo, há inúmeras políticas públicas voltadas para a educação e inclusão de pessoas com deficiência. Tais políticas asseguram o direito à matrícula de todas as crianças em uma escola regular, à educação sendo um dever do estado, bem como o respeito às diversas formas de aprender, o aprimoramento do sistema educacional, atendimento educacional especializado, a presença do mediador escolar, a não cobrança de taxas extras. A inclusão ainda necessita de aprimoramentos, mas aos poucos vamos trilhando esse caminho para que se possa efetivamente ter uma inclusão de excelência e digna.

Capítulo 2: O mediador Escolar e sua relação com a Psicopedagogia

2.1 Mediação: o que é?

Segundo Freitas (2015) a função do mediador escolar possui o objetivo de ofertar atendimento às crianças /alunos que possuem necessidades educacionais específicas. Segundo Diniz (2012) tais necessidades são relacionadas aos alunos que apresentam elevada capacidade ou dificuldades de aprendizagem, não necessariamente à crianças com deficiência, ou seja, são os alunos que necessitam de respostas e auxílio específicos. Na prática, o profissional deve complementar, suplementar e dar apoio ao ensino. Geralmente o mediador escolar atua em sala de aula, realizando orientações e supervisões pedagógicas nas turmas que possuem alunos incluídos.

O mediador escolar tem a demanda de garantir melhores meios e didáticas para garantir a aprendizagem do aluno. Para a prática da mediação escolar é necessário que o profissional tenha sensibilidade para saber lidar com o aluno e para desenvolver estratégias de trabalho para auxiliar o mesmo no processo de aprendizagem.

O campo da educação está em constante mudança e o mediador escolar e os demais envolvidos no processo devem buscar continuamente a formação continuada, bem como realizar o aprimoramento profissional, ou seja, estudar para conhecer as síndromes e transtornos, as necessidades específicas dos alunos. Tais ações irão auxiliar os envolvidos para ofertar um atendimento compatível com as demandas/necessidades dos alunos.

O primordial objetivo do mediador escolar é auxiliar o aluno para que ele seja capaz de criar ferramentas próprias para explorar o espaço escolar com independência e assim tornando a vida acadêmica mais potente e autônoma. Quando tal objetivo é alcançado o mediador deixa de se fazer necessário e o aluno é suficientemente capaz de dar continuidade ao seu aprendizado com as demais pessoas na escola. Assim sendo, o mediador escolar atua como uma ponte entre o aluno e suas relações com os colegas, professores, coordenação e o aprender. O ideal que motiva todo o trabalho do mediador escolar é a autonomia e assim diminuir a ponte para que o aluno possa passar a ser responsável apenas da escola e do professor, a fim de garantir uma vivência escolar completa e com qualidade para o aluno.

O mediador deve ver a potencialidade do aluno e assim auxiliá-lo para criar ferramentas próprias para o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades. Sabiamente Freitas (2015) resume o papel do mediador:

O papel do mediador não é puramente mediar uma situação e sim promover a construção de uma ponte entre o ambiente externo como um todo e o educando mediado, é possibilitar a compreensão de atividade e funções, é proporcionar a escola

uma visão diferenciada do que é inclusão nos parâmetros individuais da educação, da sociedade e das atividades. (p. 35)

O mediador não é apenas um profissional que acompanha e sim um profissional que direcionará a pessoa mediada às questões propostas e suas necessidades, fazendo uma análise do trabalho a ser executado, as possibilidades de execução e o desenvolvimento das etapas para se alcançarem os objetivos estabelecidos.

As práticas do mediador parecem ser poucas, porém engana-se quem pensa dessa forma. As práticas envolvem as dimensões sociais e comportamentais, comunicação e linguagem, atividades e brincadeiras, e as tarefas e atividades pedagógicas.

Com relação às práticas na dimensão social e comportamental o profissional deve mediar as relações sociais no sentido de ensinar à criança como participar, compartilhar e interagir com as outras, ensinar como deve abordar o outro na tentativa de interação e socialização, redirecionar as manias e as atividades repetitivas e estereotipadas, observar os alunos com intenção de prevenir comportamentos inadequados, reduzir/inibir o isolamento social, estimular o contato visual e o hábito de cumprimentar, interagir nas reações comportamentais drásticas, interferir nas situações que causam desconfortos sensoriais, ensiná-lo a se acalmar ou levá-lo para um lugar mais calmo, corrigir comportamentos inadequados, entre outros.

Em relação às práticas ligadas à comunicação e linguagem, o mediador deve estimular o ato de apontar e olhar, a imitação de movimentos, sons e atividades; auxiliar na mudança de hábito em realizar o discurso em terceira pessoa para a primeira pessoa e assim utilizar o Eu; ensinar aos professores e alunos que o mediando pode ter um tempo de resposta, aprendizagem e ações diferenciada e que é preciso ter paciência e persistência para ajudar.

O mediador deve, nas práticas relacionadas com as atividades e brincadeiras, incentivar o interesse pelos brinquedos, brincar com a criança, falando o que está fazendo e o que pretende fazer, estimular jogos que usem a imaginação, e desfrutar das crianças da turma que têm maior vínculo afetivo a fim de incentivar a interação.

Geralmente as tarefas e atividades pedagógicas devem ser desenvolvidas da seguinte maneira pelo mediador: pedir o calendário e o planejamento pedagógico, conhecer o projeto pedagógico e a metodologia da escola, pedir o planejamento semanal das atividades e dos conteúdos para fazer adaptações necessárias, preparar com antecedência as adaptações e recursos pedagógicos, ser capaz de criar um recurso para o conteúdo ou atividade/ tarefa, estimular o mediado diante das atividades, adaptar provas/trabalhos/atividades quando

necessário de acordo com as necessidades do aluno, manter contato com os profissionais terapêuticos e pedagógicos e com os familiares.

É preciso que fique claro que as práticas do mediador escolar não se esgotam e não se restringem ao que foi supracitado. Tais práticas devem ser constantemente revistas e ampliadas, para que haja sempre práticas objetivadas no avanço e amadurecimento da criança em todas as áreas.

Atualmente, o campo a educação tem recebido diversas mudanças, uma delas está relacionada com as manifestações dos transtornos e síndromes e assim aumenta a quantidade de diagnósticos na escola. Por tal motivo, o processo de ensino e aprendizagem individualizado se faz necessário e, a partir disso, surge a presença do mediador na escola. A profissão do mediador escolar é muito recente e, por isso, é uma profissão que ainda não possui regulamentação legal e não há uma definição da formação necessária para exercer tal função. Tal regulamentação se faz muito necessária para que o mediador possua direitos legais e que a prática da profissão se torne cada vez mais clara, objetiva e legal.

2.2 Relacionando a Psicopedagogia com a Prática de Mediação

A psicopedagogia tem como plano de trabalho assegurar modalidades de aprendizagem que possam intensificar a viabilidade particular de cada indivíduo. Sendo assim, ela oferta espaços para que o mesmo possa vivenciar momentos como ensinante. Tal vivência é essencial e contribui para o processo de aprendizagem e para a autoria de pensamento do indivíduo.

Cabe nesse momento explicar o que é considerado, segundo a Psicopedagogia, o indivíduo ensinante e aprendente. Fernández (2001) diz:

Os termos ensinante e aprendente não são equivalentes a aluno e professor. Estes últimos fazem referência a lugares objetivos em um dispositivo pedagógico, enquanto aqueles indicam um modo subjetivo de situar-se. Esse posicionamento, embora relacionado com as experiências que o meio provê ao sujeito, não está determinado por elas. (p.53)

Ou seja, o ser aprendente e ensinante não está relacionado com aluno e professor e sim com o indivíduo que se situa e se posiciona de forma subjetiva, ou seja, o sujeito não se posiciona com ensinante-aprendente de forma consciente. O sujeito pode ser, por exemplo, como para Piaget (1969)¹⁴ um ser epistêmico, ou seja, constrói suas estruturas cognitivas por meio do processo de assimilação e acomodação e assim adapta-se ao meio em que está inserido. Já para a Psicanálise, o sujeito é um ser desejante (apud Fernández, 2001, p.53), marcado pelo

¹⁴ Jean Piaget (1896-1980) foi psicólogo e filósofo nascido na Suíça. Ele ficou conhecido pois foi o pioneiro a desenvolver trabalhos no campo da inteligência infantil.

inconsciente, que “não tem sossego nem nunca terá”, assim sendo igualmente presente no processo de ensino-aprendizagem. Na Psicopedagogia o sujeito metafísico é o sujeito cognoscente, aquele que é composto por dimensões múltiplas e complexas, estando este no centro de articulação das dimensões que o constitui. Assim, falamos aqui do sujeito dentro de um processo de ensino-aprendizagem, um sujeito que desliza entre ser aprendiz e ensinante, papéis que deslizam em cada momento de sua vida, já que este é um ser aprendiz-ensinante, com autoria de pensamento e autonomia. O sujeito encarnado, que faz com que o sujeito cognoscente possa ser pensado em um mundo contextualizado, jamais estará limitado ao ambiente escolar.

O sujeito aprendiz é aquele que se articula entre o sujeito cognoscente e o sujeito desejante construindo um corpo que está em interação com o outro. Fernández (2001, p. 55) reflete em sua obra que: “Para realizar uma boa aprendizagem, é necessário conectar-se com o posicionamento ensinante do que o aprendiz. E sem dúvida, ensina-se a partir do posicionamento aprendiz”. Quando o mediado se situa em diferentes posições, aprendiz e ensinante, ele constitui-se como autor. Fernández (2001, p.60) define que “um sujeito se constitui como autor (processo que é contínuo, nunca acabado e iniciado inclusive antes do nascimento) a partir da mobilidade entre seus posicionamentos ensinantes e aprendizes”. Ele reconhece sua autoria de pensamento e se reconhece como sujeito pensante por meio da relação com o outro.

O sujeito é aprendiz e ensinante em todos os momentos e lugares. Por exemplo, quando Caio começa a me contar e explicar o que é “procrastinação”, ele assumiu a posição de aprendiz-ensinante. Pois, ao mesmo tempo que ele observou e aprendeu por meio de um desenho, ele explicou e ensinou o significado do substantivo oriundo de um verbo, que no caso “procrastinar”.

No exemplo citado, o Caio não é socialmente reconhecido como professor, e sim como um indivíduo possuidor de cultura, de conhecimentos, que está estabelecendo uma comunicação com outro indivíduo. Ao conversar sobre o tema “procrastinação”, o Caio está desenvolvendo a aprendizagem e colocando-se como sujeito autor.

Sendo assim, o exemplo citado é resumido por Fernández (2001):

O conceito de sujeito aprendiz constrói-se a partir de sua relação com o conceito de sujeito ensinante, já que são duas posições subjetivas, presentes em uma mesma pessoa, em um mesmo momento. Além disso, o aprender acontece a partir dessa simultaneidade. Até poderia dizer que, para realizar uma boa aprendizagem, é necessário conectar-se mais com o posicionamento ensinante do que como aprendiz. E sem dúvida, ensina-se a partir do posicionamento aprendiz. O aprendiz situa-se na articulação da informação, do conhecer e do saber, mas particularmente entre o

conhecer e o saber. Aprender é ir do saber a apropriar-se de uma informação dada a partir da construção de conhecimento, processo no qual intervêm inteligência e desejo. (p.55)

No cotidiano Caio, que é o meu mediado, a todo momento, tentava mostrar a sua autoria de pensamento, colocando-se na posição de ensinante e aprendente, podendo tal posicionamento ser visto a partir da frase do mesmo anotada por mim no diário de campo: “a minha resposta será do meu jeito”. Ao responder um exercício, o Caio costumava verbalizar a resposta antes de escrever e oficializar a mesma. Tal forma de exprimir seu pensamento demonstra que o mesmo aprendeu e que está realizando um confronto com pensamento do outro de forma intersubjetiva.

Por exemplo, Caio possui conhecimentos que foram adquiridos fora do ambiente escolar e há alguns momentos da nossa rotina em que ele consegue correlacionar tais conhecimentos com a matéria que estamos estudando. Quando isso ocorre, ele consegue marcar para o outro que aprendeu verdadeiramente, ou seja, que transformou a informação em conhecimento e, ao aprender, constituiu um saber sobre o que foi estudado. Quando o Caio tenta relacionar o aprendizado com o cotidiano, segundo a psicopedagogia, ele está se apropriando de um conhecimento-saber e construindo-se como um sujeito autor, pois a recordação e o aprender estão correlacionados. Para que haja inteligência é necessário que se construa a autoria de seu pensamento, ou seja, o indivíduo precisa se assumir autor de sua narrativa e discurso.

Ao se reconhecer como autor, o Caio toma algumas medidas que, subjetivamente, mostra que aprendeu. Um exemplo dessas medidas é tentar explicar o que está aprendendo com palavras diferentes das quais foram utilizadas pelo professor. Assim, o Caio está adequando conteúdo ao seu vocabulário e facilitando/familiarizando o conhecimento e a aprendizagem.

Tal mecanismo adotado pelo Caio é explicado na obra de Fernández (2001, p.78/79): “quem ensina mostra um “signo” do que conhece. Quem aprende toma, “agarra” esse signo para construir os próprios. O que o ensinante entrega não é o mesmo que o aprendente toma.”.

A autora complementa:

Quando digo que a modalidade de aprendizagem supõe um molde relacional que cada sujeito utiliza para aprender, estou referindo-me a uma organização do conjunto de aspectos (conscientes, inconscientes e pré-conscientes) da ordem da significação, da lógica, da simbólica, da corporeidade e da estética. Tal organização ocorre espontaneamente e, de algum modo, significa uma tentativa de liberação de energia, assim como alguém que, depois de realizar um trabalho artesanal, deixa mais à mão as ferramentas que costuma utilizar, mais disponíveis para os próximos trabalhos. (FERNÁNDEZ, 2001, p79.)

O Caio, durante o cotidiano, sempre mostrou que possui um jeito particular e próprio de

aprender. Em todos os momentos busca mecanismos que possam facilitar e auxiliar no processo de aprendizagem. Tais mecanismos são, oralizar a respostas antes de escrevê-la, para realizar o autocontrole emocional ele também fala frases que o ajudam a acalmar, utiliza desenhos para auxiliar na resolução de problemas / contas matemáticas, entre outros.

A assimilação ocorre quando o aluno (indivíduo) realiza a transformação do que está sendo ensinado para agregá-lo aos seus esquemas por meio da acomodação que o auxilia no processo de transformação e coordenação dos seus esquemas e assim realiza a adequação do objeto a conhecer. A assimilação ocorre e é favorecida pela permissão que o sujeito recebeu para duvidar/questionar, por meio de experiências duvidosas e dolorosas, por meio de experiências lúdicas, quando o sujeito consegue realizar movimentos identificatórios, espaços construídos pautados na confiança e o contato/vivência com ensinantes.

A mediação escolar se faz necessária em alguns casos de inclusão, pois os alunos que recebem diagnósticos, geralmente, podem desenvolver o fracasso escolar, que coincidentemente leva à falta de autoria de pensamento. Com o intuito de amenizar ou até mesmo sanar o fracasso escolar, se faz necessária a mediação, e assim permitir ao indivíduo ter a autoria de pensamento, ou seja, auxiliar o indivíduo para o resgate do prazer de aprender. Fernández (2011 p.26), justifica em seu livro “Os idiomas do aprendente”, a necessidade da mediação escolar: “(...) para resolver o fracasso escolar do aluno devemos intervir no contexto que o priva de um espaço de autoria de pensamento. Ou seja, devemos intervir no sistema ensinante”. A intervenção Psicopedagógica por meio da mediação escolar tem o objetivo de desenvolver domínios objetivos e subjetivos de autoria de pensamento.

Para que a mediação escolar tenha resultados positivos, é necessário que o indivíduo tenha uma equipe multifuncional que o auxilie na sua trajetória. Ou seja, é desejável que o aluno tenha acompanhamentos periódicos com um (a) psicólogo (a), fonoaudiólogo (a), médicos em diferentes especializações. Além de receber atendimentos nessas áreas, se faz necessário que os profissionais envolvidos com o desenvolvimento do aluno realizem trocas (conversas) sobre os objetivos traçados, pontos observados, objetivos alcançados, a fim de trocar informações pertinentes sobre o aluno. Essa troca é muito importante e necessária, pois a troca permite o enriquecimento e a qualidade dos resultados e do desenvolvimento da autoria de pensamento.

Para que o indivíduo tenha autoria de pensamento é necessário que ele tenha o prazer em aprender o que foi perdido, talvez por causa do fracasso escolar. Segundo Fernández (2001, p.31) “o “fracasso escolar” responde a duas ordens de causas que se encontram imbricadas na história de um sujeito- próprios de estrutura familiar e individual daquele que fracassa em

aprender e próprios do sistema escolar, sendo estes últimos determinantes”. E completa “nas situações de fracasso escolar, a modalidade de aprendizagem do sujeito não se torna patológica” (FERNÁNDEZ,2001, p.31). Caio desenvolveu o fracasso escolar devido a questões subjetivas e por causa de posições assumidas por professores que trabalhavam de forma segregadora. Os professores que trabalhavam com ele tomavam atitudes que não auxiliavam ao aluno e só reforçava o fracasso escolar, essas atitudes eram tomadas, talvez, por falta de conhecimento do diagnóstico do aluno, por despreparo para saber lidar com alunos diagnosticados com o TEA e até mesmo por não haver preparo nas licenciaturas para saber lidar com crianças diagnosticadas com TEA.

Ao longo da vida escolar o Caio, inconscientemente, deu indícios a respeito das dificuldades encontradas. Ele dizia "Eu não sei", "sou burro", " não aprendo". As falas mencionadas denunciavam a sua angústia em relação ao processo de fracasso escolar e as dificuldades encontradas. Por se sentir angustiado, o aluno não conseguia desenvolver o raciocínio e, por isso, desenvolveu o que Fernández (2001) denominou "inteligência aprisionada"¹⁵. A autora justifica da seguinte maneira:

Tanto o problema de aprendizagem que constitui um "sintoma" quanto o que forma uma "inibição" instala-se em um indivíduo, afetando a dinâmica de articulação entre os níveis de inteligência, desejo, organismo e corpo, resultando em um aprisionamento da inteligência e da corporeidade por parte da estrutura simbólica inconsciente. (FERNÁNDEZ, 2001, p.34)

O trabalho de mediação realizado com o aluno constantemente foi pautado na reflexão, por ser um dos objetivos da Psicopedagogia, possibilitando fazê-lo sentir-se autor. Fernández (2001) diz:

A psicopedagoga ou o psicopedagogo é alguém que convoca todos a refletirem sobre a sua atividade, a reconhecerem-se como autores, a desfrutarem o que têm para dar. Alguém que ajuda o sujeito a descobrir que ele pensa, embora permaneça muito sepultado, no fundo de cada aluno e de cada professor. Alguém que permite ao professor ou à professora recordar-se de quando era menino ou menina. Alguém que permita a cada habitante da escola sentir a alegria de aprender para além das exigências de currículos e notas. (p.35 e 36)

Para que houvesse o início da minha intervenção no ambiente escolar por meio da mediação, foi necessário que o aluno aceitasse a minha presença. Na Psicopedagogia, o sujeito que irá receber a intervenção deve "autorizar" e sentir empatia para que haja o desenvolvimento do trabalho. No decorrer do trabalho de mediação e na relação com o Caio, desenvolvi estratégias para que houvesse um processo de crescimento, aprendizagem e desenvolvimento

¹⁵ No livro *A inteligência aprisionada*, Porto Alegre, Artmed,1990, Fernández explica o significado desse termo.

harmônico. Nos momentos de intervenção, é primordial desenvolver estratégias para que haja facilitadores no processo de crescimento e desenvolvimento. Na minha relação com o Caio, sempre que possível, busco adaptações e diferentes formas de explicar alguma matéria, além de utilizar ferramentas concretas para auxiliar na aprendizagem. Um exemplo que é possível ser citado é o seguinte: em uma aula de matemática, havia um exercício que o comando ditava que o aluno deveria observar algumas figuras, que haviam estruturas em três dimensões e que eram formadas por cubos. Após observar, o aluno deveria responder quantos cubos foram utilizados para formar cada estrutura. O Caio apresentou dificuldades de abstração e a necessidade do uso de um material concreto. Utilizei cubinhos que compõem o material dourado¹⁶. Montei as mesmas figuras disponibilizadas no exercício, assim o desenvolvimento e resolução da tarefa se tornaram facilitadas a partir do momento em que o Caio conseguiu realizar a abstração respondeu as últimas questões sem precisar usar o material de apoio.

Montaldo (2000, apud FERNANDEZ, 2001) reforça positivamente a minha prática no seguinte trecho destacado por Fernández (2001):

...Pensamos que o nosso acionar institucional teria como premissa básica CRIAR as estratégias de intervenção em relação ao ensinante-aprendente – na trama vincular intra-subjetiva, intersubjetiva e transubjetiva- facilitadoras do processo de crescimento e desenvolvimento harmônico. Acionar no singular, no plural, no grupal...
...devemos pensar em criar condições para que “esse ambiente facilitador (D. Winnicott) transforme-se em gerador de potência para a saúde. Como é possível pensar em criar as condições para que a patologia não se instale ou, uma vez instalada, possibilitar que o saudável possa “ser mostrado” e “fazê-lo andar”?
Nós respondemos: Será um desafio concordar com as novas estratégias que estimulem, desenvolvam, possibilitem as condições para que se instale a saúde... (p.36)

A Psicopedagogia, sendo uma área do saber, me auxiliou no desenvolvimento do trabalho de mediadora escolar. Tal área indica seis iminências a serem consideradas no ambiente escolar, que são:

- Ao sujeito aprendente que sustenta cada aluno;
- Ao sujeito ensinante que habita e nutre cada aluno;
- À relação particular do professor com o seu grupo e os seus alunos;
- À modalidade de aprendizagem do professor e em consequência, à sua; modalidade de ensino;

¹⁶ Material idealizado por Maria Montessori para trabalhar a matemática. Foi criado para auxiliar o ensino e aprendizagem do Sistema de Numeração Decimal e os métodos para realizar as operações fundamentais. A forma original foi um pouco modificada por Lubienska de Lenval, que construiu o material em madeira. O material dourado é constituído por cubinhos, barras, placas e cubão. O cubão é formado por 10 placas, as placas são formadas por 10 barras, e as barras são formadas por 10 cubinhos.

- Ao grupo de pares real e imaginário a que pertence o professor;
- Ao sistema educativo como um todo.

Tais pontos, ao serem considerados, favorecem o desenvolvimento do trabalho e auxilia na aprendizagem.

O Caio apresenta alguns costumes que me instigam. Um deles, que é muito constante, é que ele responde indagações que lhe são feitas com “não sei” ou “esqueci”. Pautada na área de pensamento psicopedagógico sempre refleti o porquê dessas respostas são tão presentes nas falas dele e quais são as influências sofridas nesse processo, ou seja, porquê do Caio tem o costume de responder das formas supracitadas. Em relação a essa questão, Fernández (2001) me trouxe algumas respostas e reflexões:

A criança geralmente não conta coisas que possam inquietar os pais. É necessário que a mãe pergunte, mas também é necessário que aceite o que o filho possa guardar o conhecimento da sua experiência. Às vezes, a criança precisa responder “nada” ou “não me lembro”, porque está fazendo a experiência importantíssima de ter algo próprio e poder contá-lo quando quiser. (p.105)

O trabalho da mediação escolar possui o objetivo de estabelecer espaços de conversas e reflexões com os professores a fim de estabelecer algumas adaptações e estratégias para que haja mudanças no pedagógico. Segundo Fernández (2001), essa mudança se dá em duas direções: para que a equipe que interaja com o aluno, a fim de recuperar o prazer de aprender e assim modificar a forma de ensino. Outra direção se diz a respeito ao aluno, onde devemos mostrá-lo e encorajá-lo que são sujeitos pensantes e que são capazes de aprender.

A partir do momento que ocorreram as trocas com os professores e as mudanças propostas foram acontecendo, o Caio começou a aprender e a desenvolver. Neste caso, foi possível constatar um dos pontos que contribuía para as dificuldades e a “inteligência aprisionada” e o fracasso na aprendizagem, pois haviam aspectos no sistema educativo que interferiam na aprendizagem.

A partir do momento que consegui observar o Caio como um sujeito que pode estar sob diferentes óticas (sujeito epistêmico, sujeito desejante, sujeito autor e sujeito social) foi possível observar que ele é capaz de construir suas próprias estruturas cognitivas por meio de um processo de assimilação e acomodação e assim adaptando-se ao meio, esclarecer aspectos inconscientes que interferiam na aprendizagem, considerá-lo com um sujeito ensinante-aprendente dotado de autoria de pensamento. Quando meu olhar se direcionou para diferentes aspectos foi possível perceber questões que influenciam na aprendizagem, além do âmbito escolar, e interferir nessas questões a fim de amenizar o comprometimento em que o Caio estava

tendo. Pude perceber que o emocional influencia muito na aprendizagem dele e que por isso era necessário interferir nessa área para que ele mantivesse o emocional equilibrado.

O trabalho que desenvolvi ao longo dos anos, de 2014 até 2017, com o Caio teve alguns pontos que serviram como pilar, tais pontos são embasados pela psicopedagogia. Sempre procurei reconhecê-lo como aprendente e ensinante valorizando os espaços de dúvidas e perguntas, instiguei que as experiências fossem satisfatórias e agradáveis, incentivei que ele se reconhecesse como sujeito autor, propiciando espaços em que ele pudesse compartilhar seus conhecimentos. Esta última ação é justificada por Fernández (2001):

Não pode deixar de considerar-se, sob o ponto de vista da constituição, e mostrando-lhe que é capaz de pensar e aprender, do sujeito pensante e do sujeito aprendente, que que aprender só é possível partindo de um reconhecer-se, e reconhecer-se só é possível partindo de ser reconhecido”. (p.104)

Mostrei-lhe que é capaz de pensar e aprender, disponibilizei espaços objetivos e subjetivos permitindo que ele pudesse brincar utilizando o lúdico na aprendizagem, criei vínculo social entre o Caio e as crianças da turma. Por meio das minhas ações, foi possível auxiliá-lo na construção da sua modalidade de aprendizagem e a construção de inteligência. Quando ele conseguiu construir a sua própria modalidade de aprendizagem ele conseguiu se relacionar com o conhecimento de forma particular, conseguiu buscar e criar conhecimentos com a autoria de pensamento, construindo caminhos facilitados para desenvolver o conhecimento, e assim descobriu-se e aceitou-se como sujeito autor.

A nossa relação sempre foi marcada como um espaço de trocas de conhecimento, pois sempre o considerei como um sujeito autor capaz, sendo assim, nós dois ocupamos a posição de ensinante e aprendente. Quando surgiram as dúvidas ou os comentários, por parte do Caio, em relação ao assunto desenvolvido eu tentava realizar ligação entre o assunto que estávamos aprendendo e o comentário feito, pois para ele havia uma co-relação, e junto estabelecemos tal vínculo. No momento em que o aluno faz uma pergunta, que parece ser deslocada, ele está no momento hiperassimilativo, ou seja, a internalização prematura e o domínio da subjetividade além da desrealização do pensamento.

Um dos mecanismos adotados pelo Caio para desenvolver a modalidade aprendizagem de ensino é oralizar a resposta enfatizando que era do “seu jeito”, construindo o pensamento oralmente para depois escrevê-la. Tal hábito é justificado pelo processo de ressignificar o conteúdo e de realizar autoria de pensamento. Fernández (2001, p.106) confirma: “relatar uma experiência tem pouco a ver com repetir informação. “Relatar” implica um processo ativo de ressignificação e autoria.” Posteriormente ela complementa: “relatando e até atuando suas

experiências com os seus companheiros, pode abrir um espaço de elaboração. Para que uma matéria se torne pensável, necessita entrar na circulação de um relato.”

A modalidade de ensino é a forma que uma pessoa utiliza para mostrar o que sabe/conhece e também um modo de considerar a outra pessoa como aprendente. Fernández (2001, p.102) diferenciou “quatro modalidades de ensino, as quais domino utilizando termos (mostrar-guardar-esconder-ocultar-exibir-desmentir) que remetem a posicionamentos entre três instâncias: quem ensina, quem aprende e o objeto do conhecimento”. Quando estava exercendo a modalidade de ensino, eu usava algumas estratégias e materiais de apoio, tais como: material dourado, desenhos, dicionários, ábaco, entre outros.

O Caio apresenta hábitos que me levaram à questionamentos, a partir disso busquei possíveis respostas na Psicopedagogia. Um desses hábitos é descrito a seguir: toda vez que chegávamos em casa e eu pedia para ele contar para mãe como foi o dia, ou a mãe perguntava o que comeu na escola, como foi na prova, geralmente ele respondia “não sei”, “me esqueci”, “não lembro”. Tais respostas me levaram ao questionamento para saber por que o Caio sempre respondia de forma a não querer contar sobre os acontecimentos no horário escolar. Ao realizar estudos na Psicopedagogia encontrei uma justificativa plausível para o questionamento supracitado. Fernández (2001), justifica da seguinte maneira:

A criança geralmente não conta coisas que possam inquietar os pais. É necessário que a mamãe pergunte, mas também é necessário que aceite o que o filho possa guardar o conhecimento da sua experiência. Às vezes, a criança precisa responder “nada” ou “não me lembro”, porque está fazendo a experiência importantíssima de ter algo próprio e poder contá-lo quando quiser. (p.105)

A inclusão de crianças diagnosticadas com alguma síndrome em escolas regulares possui muitos pontos positivos, tais como: a escola é um lugar onde a criança consegue levar a sua fala e ser incluído em um grupo, é um lugar de pertencimento extrafamiliar, a criança consegue viver a experiência como ensinante e faz com que o professor consiga se colocar no lugar de aprendente e valorizar os seus alunos. Quando a criança é diagnosticada, é possível entender algumas particularidades que podem ser fatores de influência no aprisionamento do pensamento e no fracasso escolar. Vale ressaltar que não devemos limitar a criança a um diagnóstico, e sim incentivá-la para que supere as dificuldades, pois todos nós somos capazes de aprender e ensinar algo. Ao realizar um trabalho de mediação escolar pautado na área de conhecimento da Psicopedagogia, é possível compreender as dificuldades que Caio apresenta, bem como analisar a prática, e se preciso modificá-la, para que haja um ambiente favorável para a construção do conhecimento.

Capítulo 3 – A pesquisa: descrição e resultados

O presente capítulo tem a proposta de analisar entrevistas realizadas com o mediado, a mãe, e professor que participou do processo de inclusão escolar do aluno. A escolha do professor foi pautada nos seguintes aspectos: professor do segundo segmento, ou seja, ensino fundamental II, que foi professor regente em dois anos letivos consecutivos. O professor é da disciplina espanhol. A opção em entrevistar o mediado foi tomada por considerá-lo parte desse processo e por possuir condições em relatar sobre esse processo, a fim de entender o que ele pensa sobre a mediação escolar e como ele acha que este processo o ajudou. A entrevista com a mãe foi proposta para que seja possível entender suas expectativas em relação à mediação escolar e como ela acha necessário este trabalho no processo educacional do seu filho, bem como conhecer melhor o processo do diagnóstico e acompanhamentos realizados fora da escola.

3.1 – A pesquisa

A presente pesquisa possui um viés etnográfico, pois estive em campo durante quatro anos letivos, referentes aos anos de 2014,2015,2016 e 2017, para realizar observações com o intuito de coletar dados, com cunho qualitativo tipo história de vida. Houve uma coleta de dados de acordo com Canen (2003), onde a mesma se deu por meio dos acontecimentos, situações depoimentos, não havendo dados numéricos, por esse motivo o tipo de pesquisa que foi proposta para este trabalho é metodologia qualitativa. Porém, por meio deste método de pesquisa é possível realizar a interpretação dos sujeitos envolvidos neste trabalho. Assim sendo, realizei a coleta de dados através de entrevistas.

Há diversos tipos de métodos e técnicas para realizar a coleta de dados com abordagem qualitativa. Como dito anteriormente, dentre as possibilidades possíveis escolhi a história de vida, pois consegui entender o que ocorre na união do individual com coletivo, e assim buscando compreender a perspectiva de quem vivenciou, suas percepções sobre inclusão e as dificuldades encontradas. Para Paulilo (1999, p.142-143), esta técnica é um importante instrumento para realizar uma “análise e interpretação, na medida em que incorpora experiências subjetivas mescladas a contextos sociais”. As declarações feitas nas entrevistas mostraram as tensões, desafios e avanços que podem auxiliar na construção dos acontecimentos. Segundo Bosi (1994 p.141), “o que interessa quando trabalhamos com história de vida é narrativa da vida de cada um, da maneira como ele a reconstrói e do modo como ele pretende que seja sua vida assim narrada”.

Como instrumento para coleta da história de vida utilizei uma entrevista com perguntas semiestruturadas¹⁷, onde houve uma conversa com uma pergunta inicial e, com o desenvolver do diálogo, foi se estruturando as demais perguntas. Após as entrevistas, realizei as transcrições das mesmas, respeitando a autenticidade e ética da pesquisa e as transformei em um texto narrativo. Cada pergunta realizada possui objetivos¹⁸ específicos para justificar a pesquisa descrita inicialmente. Outro instrumento utilizado foi análise de documentos que foram as avaliações referentes ao ano letivo de 2014, pois foi o ano de início do trabalho de mediação escolar, agenda escolar do aluno e produções textuais. Este instrumento foi escolhido por ser uma fonte de informações e por permitir realizar a checagem a complementação dos dados que foram obtidos com as entrevistas e com a observação da prática de mediação.

Nos seguintes tópicos, proponho explicar quais foram os objetos das perguntas realizadas, descrever os sujeitos participantes da pesquisa, o local onde a mesma ocorreu, os instrumentos utilizados, forma de análise dos dados e os resultados obtidos através dos instrumentos.

Os processos utilizados para que entrevista fosse realizada foram os seguintes:

- I. Levantamento dos questionamentos a serem feitos;
- II. Seleção e convite aos sujeitos pertinentes para responder às dúvidas levantadas;
- III. Levantamento dos dados a partir das respostas obtidas pelos sujeitos da pesquisa;
- IV. Análise dos dados encontrados.

3.2 Sujeitos

Os sujeitos participantes da pesquisa são: Caio (o mediado), a responsável (mãe) de Caio e o professor de língua estrangeira, especificamente o espanhol. A seguir farei uma descrição das características de cada um dos três sujeitos participantes da pesquisa.

Caio tem 13 anos está terminando de cursar o 7º do ensino fundamental II. Foi diagnosticado dentro do espectro autista aos 9 anos. Desde então, é acompanhado por um médico neuropsiquiatra, uma psicóloga especializada em terapia cognitiva comportamental, fonoaudióloga, além de realizar uma terapia em grupo. No ano de 2014, passou a ser acompanhado pela mediação escolar, a fim de trabalhar as questões que interferiam em seu rendimento escolar.

¹⁷ Ver tópico 3.4.

¹⁸ Disponível no tópico 3.4.

A família de Caio pertence a classe média alta, residente na zona sul do Rio de Janeiro. A responsável do Caio é graduada em engenharia de sistemas pela PUC-Rio, e concluiu a sua formação no ano de 1990. Ela possui três filhos, a filha mais velha é fruto do seu primeiro casamento. Caio e seu irmão são frutos do segundo casamento. Os dois filhos mais novos, Caio e seu irmão, foram diagnosticados dentro do espectro autista de alto rendimento, Síndrome de Asperger no ano de 2013, com 9 anos e 13 anos respectivamente.

O professor é formado em bacharelado em letras/ espanhol e se formou no ano de 2008. Em 2010, formou-se em licenciatura. Ambas as formações foram feitas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ele atua no magistério desde o ano de 2006, na instituição na qual a pesquisa foi realizada desde 2010.

3.3 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada em um colégio particular (regular) localizado na zona sul do Rio de Janeiro. A escola foi escolhida pois é aonde o Caio está incluído e onde o processo de mediação escolar ocorreu. A instituição é católica e atende, majoritariamente, crianças pertencentes a classe média alta, residentes na mesma cidade. Atende também, com bolsas de estudos, crianças residentes de comunidades carentes próximas a instituição. A escola oferece segmentos que se inicia na educação infantil ao ensino médio. Os segmentos de educação infantil e fundamental I (1º ano – 5º ano) são ofertados no turno diurno das 12h30min às 17h45min. Já o fundamental II (6º ano - 9º ano) e o ensino médio são ofertados no turno matutino, das 07 horas às 12h30min, podendo variar de acordo com a série em que o aluno esteja cursando, pois há horário estendido que ocorre no horário da tarde.

3.4 Instrumentos da pesquisa

Os instrumentos utilizados na pesquisa são: entrevistas, análise documental e observações realizadas no cotidiano escolar. As entrevistas foram realizadas de forma semiestruturada, os documentos analisados foram as pastas do Caio do ano de 2014 e 2016 onde consta provas, fichas de estudos, produções textuais, além das agendas referentes aos anos supracitados. As observações feitas por mim foram anotadas em agendas afim de obter dados que pudessem compor a pesquisa.

A entrevista foi elencada como uma fonte de instrumentos pois a partir dela é possível observar as tensões, desafios e avanços e como estes fatores contribuíram para que fossem construídos os acontecimentos. A entrevista foi realizada com a responsável do Caio, com o

próprio Caio e com o professor de espanhol. A escolha da participação dos sujeitos foi feita a partir da sua relação com processo de inclusão escolar e mediação. A responsável foi escolhida com o objetivo de conhecer e compreender o processo de diagnóstico, os tratamentos e acompanhamentos realizados e as dificuldades que foram encontradas e que levaram ao processo de investigação do diagnóstico. O Caio foi escolhido para participar da entrevista pois tinha objetivo de saber quais são as interpretações dele sobre o processo de mediação e se ele conseguiu perceber quais foram as áreas que foram trabalhadas, as mudanças ocorridas, bem como os recursos pedagógicos utilizados para que este último ocorra. O professor de espanhol foi escolhido porque ele lecionou na turma do Caio durante dois anos letivos consecutivos e assim pôde observar avanços e/ou retrocessos no processo de inclusão escolar. Outro motivo pelo qual o professor foi escolhido foi o fato de ser o primeiro ano letivo, em 2016, e que este teve contato com um aluno autista com o acompanhamento da mediação escolar, assim sendo ele seria capaz de contribuir relatando os desafios e tensões encontradas no processo de inclusão ensino aprendizagem do aluno em questão e do trabalho de mediação escolar.

Observação no campo de estudos e atuação foi escolhido como um dos instrumentos da pesquisa, pois com a observação não estruturada eu consegui analisar o que foi observado de acordo como ocorreram os fatos e assim conseguindo compreender o porquê e como tais fatos aconteceram. A análise documental foi um dos instrumentos eleitos para realização da pesquisa, pois, segundo Mazzoti e Gewandszajder (2000), ela é uma importante fonte de informações que auxilia na checagem e a complementação dos dados obtidos por meio da observação em campo e análise das entrevistas.

Entrevista mãe do Caio – perguntas e objetivos

Pergunta 1 - Como foi o diagnóstico?

Objetivo: A primeira pergunta foi feita para realizar levantamentos dos dados relacionados com o diagnóstico do Caio.

Pergunta 2 - Como foi a trajetória até chegar no momento da mediação?

Objetivo: Esta pergunta tinha o objetivo de saber se o Caio recebia atendimentos médicos voltados para o diagnóstico bem como acompanhamento com uma equipe terapêutica, ou seja, atendimento psicológico, fonoaudiólogo, reforço escolar, entre outros que se fizesse necessário.

Pergunta 3 - Quais eram as maiores dificuldades dele?

Objetivo: Nesse momento eu tinha o intuito de saber exatamente as dificuldades percebidas pela mãe, que a levou a investigar e receber o diagnóstico, além de confirmar as áreas que deveriam ser trabalhadas para que o desenvolvimento escolar do Caio melhorasse.

Pergunta 4 - Quais remédios ele fez uso?

Objetivo: O questionamento foi feito para que pudesse saber se houve uso e se tiveram efeitos. E quais os aspectos, por exemplo a concentração em sala de aula, os impulsos emocionais, entre outros, que modificaram com o uso do medicamento.

Pergunta 5 - Qual a importância da mediação escolar, no seu ponto de vista?

Objetivo: Ao realizar esta pergunta gostaria de saber o que ela tinha notado de mudança no cotidiano do Caio, bem como a necessidade da presença do mediador na escola.

Pergunta 6 - Como entendia função da mediação?

Objetivo: Saber o que ela pensava sobre o que o mediador faria no processo escolar, pois é uma função muito recente e pode-se confundir com algumas outras, tais como: baba, cuidador, professor particular, entre outros...

Pergunta 7 - O que considerava importante a ser trabalhado no primeiro momento da mediação?

Objetivo: Esta pergunta foi feita para saber se ela possui alguma noção da função do mediador e de suas ações em sala de aula, bem como reforçar quais eram as dificuldades que ela observava no Caio.

Pergunta 8 - Em relação à formação da mediadora, influenciou nesse processo? Basta apenas a formação em pedagogia?

Objetivo: Nesse momento gostaria de saber se ela observou influência de outras áreas de conhecimento no processo de mediação e se considera que a formação continuada é necessária para desenvolver esta função.

Entrevista Caio – perguntas e objetivos

Pergunta 1 - O que você acha do processo de mediação escolar?

Objetivo: O primeiro objetivo era constatar se ele sabe o que é mediação escolar e no que ela pode atuar.

Pergunta 2 - Como você acha que a mediação pode te ajudar?

Objetivo: Esta pergunta serviu para reforçar sobre o que percebeu no que a mediação o ajudou.

Pergunta 3 - Como consegui te ajudar? O que eu fiz que te ajudou?

Objetivo: Conhecer, segundo a percepção dele, quais foram as áreas que ele notou que mudaram depois da mediação. E se ele percebeu que as adaptações e a utilização de recurso concreto o ajudaram no processo escolar.

Pergunta 4 - O que eu fiz, que te fez entender melhor a matéria, que te fez entender a matemática, o português e a história?

Objetivo: Queria reforçar se ele percebeu quais as adaptações, uso de materiais concretos e a didática diversificada que foram usadas no processo de mediação escolar.

Pergunta 5 - Você acha que a mediação foi importante para você durante esses quatro anos?

Objetivo: Esta pergunta foi feita para entender qual é a opinião dele sobre a mediação e se ela se fez necessária durante o tempo analisado.

Pergunta 6 - A mediação te ajudou em que além do que foi ensinado na escola?

Objetivo: Com esta pergunta eu queria compreender se ele conseguia observar que as ações da mediação escolar foram além do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, queria saber se ele notou que a área emocional, social, alimentar, entre outras, foram trabalhadas por meio da mediação.

Pergunta 7 - Há algo no processo de mediação que você acha que deve ser mudado?

Objetivo: Objetivo nesta pergunta era perceber se ele tinha uma opinião sobre a minha prática e se há ações que podem ser mudadas para que esse processo se torne mais agradável para ele.

Entrevista professor de espanhol - perguntas e objetivos

Pergunta 1 - Como que você recebeu a mediação escolar na sua sala de aula?

Objetivo: Esta primeira pergunta tinha por objetivo de perceber como que ele, como professor regente em sala de aula, reagiu ao ter no seu ambiente de trabalho uma adulta que exerceria a função de mediadora escolar.

Pergunta 2 - Como foi o processo de inclusão com um aluno autista?

Objetivo: Nesta pergunta que queria conhecer quais foram os desafios ou dificuldades encontradas por ele ao se relacionar na sua sala de aula com um aluno autista.

Pergunta 3 - Como a função de mediadora escolar influencia no processo de ensino e aprendizagem desse aluno com a sua visão de professor regente da turma?

Objetivo: Esta pergunta tinha o objetivo de investigar o que ele observou da prática de mediação escolar e como essa prática interfere no processo de ensino e aprendizagem do Caio.

Pergunta 4 - Como o aluno estava no primeiro momento com uma nova mediação?

Objetivo: Entender como o aluno reagiu ao ter a mediação trocada, pois no início do ano letivo eu me ausentei por questões legais e ele foi acompanhado por uma mediadora da escola.

Pergunta 5 - O que você observou com o meu retorno e com a troca de mediadoras?

Objetivo: Neste momento eu queria investigar quais são os reflexos ao realizar uma troca de mediadora e como, o vínculo afetivo, é importante no processo de inclusão.

Pergunta 6 - Para você o que é mediador? Qual é a sua função?

Objetivo: Compreender o que ele pensava sobre o que o mediador faria no processo escolar e quais seriam as suas ações em sala de aula.

Pergunta 7 - O que você pensa sobre a formação do profissional de mediação escolar?

Objetivo: Nesta pergunta eu queria saber se ele acha que a formação em Pedagogia é importante para exercer a profissão de mediador escolar, uma vez que nessa área de atuação há pessoas com as mais diversas formações, tais como psicólogos, graduados em diversas licenciaturas, fonoaudiólogos, entre outras áreas afins.

Pergunta 8 - Somente a graduação é suficiente para exercer a profissão de mediador escolar?

Objetivo: Nesta última pergunta gostaria de perceber se ele acha que as pessoas que exercem a mediação escolar devem realizar uma formação continuada.

3.5 Forma de análise dos dados

Análise dos dados obtidos por meio dos instrumentos selecionados foi feita utilizando a metodologia de articulação dos instrumentos escolhidos para coleta de dados. A pesquisa, com cunho qualitativo, consegue um grande volume de dados para serem organizados e assimilados. Foram analisadas as tendências e relações ocorridas para que seja possível revelar as interpretações. Para que esse processo ocorra de forma facilitada foi feito um recorte dos documentos analisados, foram utilizados materiais didáticos referentes ao ano letivo de 2014 (4º ano), por ser um ano de início da mediação, e do ano de 2016 (6º ano) a fim de realizar a comparação e, assim, obter resultados para justificar e clarificar a presente pesquisa. A entrevista foi analisada de forma que fosse possível constatar as influências sofridas pelo processo de diagnóstico, mediação, inclusão e como os mesmos interferiram no processo educacional do Caio. As observações auxiliaram para complementar e justificar os acontecimentos analisados nos demais instrumentos.

3.6 Resultados obtidos pelos instrumentos utilizados

Pela entrevista realizada com a mãe de Caio foi possível entender como se deu o processo de diagnóstico do Caio, quais foram os medicamentos utilizados por ele, bem como para quais fins ele fez uso. Foi possível compreender os acontecimentos (dificuldades apresentadas por Caio) que a levaram a buscar o diagnóstico e quais foram as atitudes tomadas a partir do conhecimento de tal. Além desta compreensão, foi possível tomar conhecimento de suas impressões sobre o trabalho de mediação feito por mim, além das mudanças observadas. Por meio da mediação, Caio conseguiu desenvolver o controle emocional e a organização da

rotina escolar. Foi possível constatar qual era a área de maior importância ser trabalhada: a emocional. Foi possível perceber qual era a opinião do médico em relação às dificuldades que Caio apresentava: para ele as dificuldades estavam diretamente relacionadas com as dificuldades sociais e a rigidez em relação às mudanças. A mediação proporcionou ao aluno ganho na confiança em si mesmo, ou seja, na autoestima além de desenvolver uma segurança para executar as tarefas/provas e para enfrentar os desafios que surgiam no cotidiano. Outro dado que foi obtido foi em relação à interação social, ele passou a socializar com os demais alunos, criando mecanismos que facilitam este processo. Em relação à formação do profissional que exerce a função de mediador escolar foi possível perceber a importância da mesma para o processo de inclusão e mediação. Foi possível conhecer a opinião da responsável, e de que forma a mediação deve ser feita. Para ela deve ser trabalhada a área emocional e pedagógica (conteúdo). Foram realizadas oito perguntas, onde as cinco primeiras atingiram o objetivo na qual foi proposto. As três restantes foram respondidas, porém não contemplaram os objetivos traçados por completo.

Na entrevista com Caio foi possível constatar que a mediação escolar o ajudou e que este trabalho auxiliou na compreensão das matérias ensinadas na escola, no controle emocional, no desenvolvimento da paciência para saber lidar com as situações de estresse, desenvolvimento da imaginação, resgate do interesse e prazer em aprender, socialização, alimentação e a participação em jogos e brincadeiras. Ele mencionou que precisava descobrir a curiosidade nele. Esta frase me fez refletir sobre o que Fernández (2001 p.27) disse em seu livro o que “a liberação da inteligência pressionada só poderá dar-se por meio do encontro com prazer de aprender que foi perdido.”. Como com o trabalho de mediação escolar este aluno conseguiu resgatar o interesse pelos estudos e, assim, o processo de aprendizagem se tornou prazeroso, além de recuperar a sua autoestima. Ao dizer que em alguns momentos eu sou irritante, observei que o adjetivo foi utilizado devido ao fato de, em alguns momentos, eu o tirava da sua zona de conforto, estimulando a sua participação nas aulas, trabalhos em dupla/grupo e jogar o que era proposto nas aulas educação física. Foi possível perceber que afetividade e o vínculo foram essenciais para realização do trabalho. Durante a entrevista, foram realizadas sete perguntas onde uma (4) não contemplou o objetivo esperado, outra (3) atingiu o objetivo parcialmente, e as demais respostas contemplaram todos os objetivos.

Os dados levantados na entrevista com professor foram os seguintes: o professor teve um estranhamento com a presença de um mediador em sala e preocupação de como seria ensinar a língua estrangeira para um aluno autista, em resumo, ele teve uma preocupação e

aflição sobre o fato de ter um aluno autista. A priori, ele desenvolveu alguns questionamentos sobre a figura da mediadora e com a convivência ele conseguiu respondê-los. Foi possível constatar que a inclusão e a mediação escolar o modificaram como professor e o fez rever a sua prática docente, redescobrando novas formas de ensinar, bem como ampliar os seus conhecimentos em relação ao autismo, inclusão e a mediação. Foi marcante que o diálogo facilitou, favoreceu, auxiliou o processo de aprendizagem e de trocas entre o professor, Caio e a mediadora. Foi possível perceber que inicialmente o professor não sabia definir o que era o mediador escolar e as suas funções, mas com a convivência, conseguiu construir este conhecimento. O professor deixou evidente que somente a graduação não é suficiente para lidar com a inclusão, e que se faz necessário uma formação continuada, tanto por parte do professor regente quanto do mediador escolar. As oito perguntas realizadas tiveram todos os objetivos respondidos de forma satisfatória.

Análise documental possibilita observar as mudanças que ocorreram na vida escolar do aluno. Foi possível constatar uma enorme melhora na área da linguagem e, conseqüentemente, por causa desta melhora, as produções textuais ficaram mais desenvolvidas, reflexivas, passou a ter o uso das pontuações adequadamente, a grafia e a organização espacial melhoraram. Com a melhora na área da linguagem em geral, Caio conseguiu superar as dificuldades para solucionar as histórias matemáticas. Em relação as operações básicas (adição, subtração, multiplicação e divisão) Caio superou as dificuldades e não utiliza mais desenhos para resolver os cálculos. Inicialmente, no ano letivo de 2014, Caio apresentava dificuldades em resolver problemas e utilizava desenhos como apoio para a resolução. Analisando os cálculos, realizados no ano letivo de 2016, foi possível ter a certeza que a dificuldade em resolver as operações básicas foi sanada e que Caio não utilizava mais os desenhos para efetuar as operações.

Igualmente, analisando as anotações no diário de campo, foi possível perceber que o aluno desenvolveu maior poder de concentração nas aulas e passou a ter autonomia para corrigir os deveres e atividades copiando o gabarito ou complementando suas respostas a partir da correção feita pelo professor. Outro fator percebido por meio do diário de campo foi a relação social de Caio: antes da mediação ele não socializava, não brincava com os demais alunos e não demonstrava interesse pelo outro. Atualmente, ele estabelece diálogo com outras crianças, convida alguns amigos para irem ao cinema ou para brincarem na sua casa, e se interessa em participar de brincadeiras. A impulsividade e os desequilíbrios emocionais estão mais equilibrados. Em relação a rigidez alimentar, a mesma ainda persiste, porém Caio aceita provar

alimentos diferente dos que já estava habituado em comer. Em resumo, os resultados obtidos pelos instrumentos utilizados foram:

- Entendimento do processo do diagnóstico e os medicamentos utilizados;
- Dificuldades iniciais apresentadas pelo Caio;
- Conhecimento dos acompanhamentos que Caio recebeu, além da mediação escolar;
- Detectar os conhecimentos que os entrevistados possuem sobre mediação escolar e a suas influências;
- Ganho da confiança em si, e conseqüentemente, ganho da autoestima;
- Desenvolveu a socialização e interação com os pares;
- A formação em pedagogia foi um importante fator para que o trabalho de mediação fosse eficaz;
- Caio desenvolveu um melhor controle emocional e da impulsividade;
- O diálogo foi de extrema importância no processo de inclusão;
- Afetividade e o vínculo são importantes fatores para que haja uma mediação harmoniosa e assim contribuindo para as conquistas alcançadas;
- Os sujeitos participantes da análise compreenderam o que é a mediação escolar e suas funções;
- Melhoras na área da linguagem;
- Melhora na resolução de cálculos e problemas matemáticos;
- Autonomia para correção dos deveres e
- Rigidez alimentar amenizada

3.6.1 Entrevista com a mãe de Caio

Antes de receber o diagnóstico, Caio, iniciou uma medicação para o déficit de atenção, porém não resolveu plenamente as questões (dificuldades) que apresentava. Em 2013, aos 9 anos, fez uma investigação e recebeu o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) de alto rendimento, Síndrome de Asperger de acordo com a CID-10-F84.9¹⁹. Com o diagnóstico o acompanhamento foi modificado e passou a ser focado/direcionado para as

¹⁹ Classificação Internacional de Doenças.

dificuldades do Caio, tais dificuldades eram: habilidades sociais, estruturação da linguagem (fala e escrita) e a parte emocional.

Por causa das dificuldades apresentadas, ele iniciou acompanhamento com uma terapia cognitivo comportamental, onde a psicóloga era especializada nesta área de terapia e uma terapia em grupo a fim de trabalhar as habilidades sociais, além de uma fonoaudióloga especializada em neurolinguística para desenvolver a linguagem e a estruturação do pensamento.

Nesse processo foram utilizados alguns remédios (Depakote²⁰ e Aristab²¹) para amenizar alteração de humor. Porém alguns não fizeram efeito, já o depakote fez efeito, mas não pôde fazer uso contínuo porque uma elevada quantidade de substância no organismo não é indicada. Houve progressão em algumas coisas, porém a responsável de Caio não deixou claro quais foram essas progressões.

Ao observar as dificuldades do Caio uma amiga de sua mãe, que era professora da escola onde o Caio estudava, sugeriu o trabalho de mediação escolar. A família considerou a possibilidade, pois ele apresentava dificuldades de aprendizado, porém não eram questões cognitivas. Segundo a mãe, as questões eram emocionais e comportamentais, pois Caio apresenta rigidez de comportamento, enfatizando características do autismo, além da desorganização emocional que não o permitia manter o controle. Por estes motivos, ele começou a se recusar a realizar as tarefas propostas pela professora regente da sua turma. Ao tomar essa atitude o seu rendimento escolar ficou insuficiente e a sua mãe não conseguia pensar em alternativas que o ajudassem a “se integrar mais, render na escola normalmente”. (Anotações,2017).

Ao iniciar o trabalho com a mediação escolar, a sua mãe declarou que não sabia exatamente o que esperar desse trabalho, uma vez que era tudo novo. Aos poucos, ele foi evoluindo bastante porque com a mediação ele tinha uma pessoa capaz de ajudá-lo a se organizar quando aconteciam as situações de estresse, pelo lado emocional, além de organizar o funcionamento executivo, ou seja, se organizar em relação aos trabalhos da escola e a rotina escolar. Para mãe, a parte mais importante que foi trabalhada foi a emocional, pois a mesma tinha certeza que ele conseguiria aprender, só não estava conseguindo achar um caminho. Outro fato citado foi de que a mediadora conseguiu mostrar o caminho para facilitar o processo de aprendizagem, por meio de adaptações, reformulações do texto, o uso de desenhos e materiais

²⁰ Nome científico: *divalproato de sódio*.

²¹ Nome científico: *aripiprazol*.

concretos.

Segundo o médico que o acompanhava, as suas dificuldades não estavam relacionadas a uma inibição cognitiva e sim à dificuldade relacionada ao espectro autístico, que dizem respeito às habilidades sociais, rigidez em relação às mudanças, entre outros tipos de questões. Para ela, a responsável do Caio, a mediação foi fundamental, porque ajudou muito na autoestima do Caio, pois ele passou a ficar confiante depois que passou a aprender, mesmo sendo por formas adaptadas. Passou a ser uma criança segura para realizar as tarefas, provas e desafios. A mediação foi importante porque auxiliou no processo emocional e assim reestruturou esta área e o ajudou a prosseguir o ano letivo. Houve evoluções muito claras nos trabalhos, nas formas de raciocinar e de se organizar, nas participações dos trabalhos/atividades, no relacionamento social, pois o próprio procura mecanismos para contornar tais dificuldades.

Quando questionado em relação à formação acadêmica da mediadora, ela enfatiza que a formação em Pedagogia é importante para poder realizar adaptações no processo de aprendizagem escolar utilizando uma didática diversificada. Porém, ela cita que a formação em psicologia é igualmente importante para trabalhar a questão da criação do vínculo e para cuidar da autoestima e da área emocional que é muito importante, pois sem essa estrutura e organização a criança não consegue aprender e adquirir os conhecimentos que ela é capaz. Por fim, a mediação é uma função fundamental e que tem que ser praticada de forma horizontal, ou seja, não pode ser focada só no conteúdo ou só na área emocional. Tem que permear as duas dimensões citadas. Foi um trabalho importante para o processo escolar do aluno e o tornou uma criança totalmente diferente em relação ao que era há quatro anos, quando iniciou-se o trabalho de mediação.

3.6.2 Entrevista com Caio

Ao ser questionado sobre o que ele pensa de mediação e como a mesma pode o ajudar, deixou claro que esse processo o ajudou muito. Ele deixa transparecer que eu, como mediadora, fui uma “boa amiga” (Anotações, 2017) e assim o consegui ajudar a aprender a geografia, matemática, história e as demais matérias. Ele cita que o meu trabalho fez com que ele entendesse melhor o que foi ensinado em sala.

Um quesito muito importante que facilitou esse processo, e que o Caio citou na entrevista, foi o desenvolvimento do autocontrole que fez com que ele tivesse mais paciência. Uma postura tomada por mim, e que ao ver do Caio também facilitou esse processo, foi a minha “boa vontade” e o estímulo ao seu esforço para com os estudos.

Ele disse a seguinte frase: “eu precisava descobrir em mim a curiosidade” (Anotações,2017). Em alguns momentos. Caio cita que para que o processo ocorra de maneira fluida é necessário que a mediadora seja uma “boa pessoa”, me permitindo o ajudar. Além de citar que a mediação foi importante para que ele não perdesse o controle emocional, ao ser questionado em que a mediação o ajudou além de aprender o que é ensinado na escola, ele citou: “brincar com os amigos”, “jogar jogos” e “comer coisas novas”. É possível observar que as relações sociais, emocionais e o lúdico fizeram parte nesse processo e que também foram facilitadores. Quando Caio é questionado sobre o processo de mediação e se tem algo que precisa mudar, de imediato ele responde que não, porém completa que às vezes sou “irritante”. Ao final da entrevista ele diz que tais as ações irritantes foram feitas para o seu próprio bem e que não precisam ser mudadas e que ele gosta da forma pela qual a mediação era realizada.

3.6.3 Entrevista com o professor de espanhol

A entrevista com professor de língua estrangeira (espanhol) iniciou-se com os seguintes questionamentos: como você recebeu a mediação escolar na sua sala de aula? Como ocorreu o processo de inclusão de um aluno autista? Como a função de mediador escolar influenciou no processo de ensino aprendizagem desse aluno, na sua visão de professor regente da turma? O professor afirma que sua primeira reação, ao saber que teria um aluno autista na turma, foi um estado de muita preocupação, no sentido de como ensinar para esse aluno, o que é o autismo, quais são as reações de uma criança autista, como trabalhar com ele, como agir em determinadas situações mesmo sem saber quais seriam. Em sua fala, o professor expressa uma preocupação e aflição sobre o fato de ter um aluno autista e tal fato o faz refletir que é necessário construir conhecimento sobre o assunto. Porém, com a convivência com o aluno autista e a mediação escolar há dois anos ele se sente mais à vontade e tranquilo.

Ao saber que o aluno teria uma mediadora, surgiram outros questionamentos: “o que é essa mediadora? É alguém que eu tenho que dar aula para ela também? Quem é essa figura que não é o professor, mas não é o aluno e está em sala de aula?” (Dados da entrevista feita em novembro de 2017). Ele relata que primeiramente houve um estranhamento, por ser professor de uma língua estrangeira, que difere da língua materna do aluno, esse estranhamento ocorreu pela presença de um adulto e de um aluno autista em sala de aula e ter que manter um contato em espanhol. Esses fatos, segundo ele, foram muito chocantes.

Com experiência de dois anos com a inclusão de um aluno autista com a mesma mediadora, o entrevistado disse que cresceu muito como professor, além de haver um ganho no

reconhecimento de quem é esse aluno autista e também de quem é o mediador escolar. Segundo ele, o mediador deixou de ser um estranho em sala de aula e passou a ser alguém que ele podia dialogar.

Tal diálogo facilitou a rotina escolar do aluno. O diálogo serviu para tratar sobre as adaptações necessárias para auxiliar e efetivamente incluir o aluno em questão. Para o professor, em muitas escolas não ocorre inclusão e sim a acomodação do aluno que foge do padrão que está no ambiente da sala de aula. Mantendo um diálogo com o mediador, a partir das respostas obtidas deste professor, é possível construir a inclusão, pois aquele entende como fazer a devida adaptação, como entender o aluno para que ele participe seja ativo em sala de aula.

O conhecimento que o professor teve em relação a esse aluno é visto por ele como passível de se levar para outros alunos. Por exemplo, ao receber em sua turma outro aluno autista, o mesmo conseguiu receber melhor esse novo aluno por causa dos conhecimentos adquiridos com Caio e a mediadora, no caso a autora desta monografia. Ele relatou que, na sua formação acadêmica, o estudo sobre a inclusão e síndromes foi muito técnico, estudou sobre tais temas, mas não era realidade como é atualmente e como é vista a questão da inclusão e a realidade do aluno. A vivência inclusiva o fez ver uma mudança no espaço da sala de aula e para ele como professor. Atualmente ele reage de forma diferente ao ter um mediador em sala de aula e ao aluno que precisa de uma mediação.

O professor relatou que sozinho não teria conseguido alguns progressos com aluno, tais como: o aluno se comunicando verbalmente em espanhol e redigindo textos no mesmo idioma. Outro aspecto que ele destaca que não conseguiria sozinho é que não entenderia algumas reações do aluno em se negar a fazer alguma atividade. Pode entender que como qualquer outro aluno Caio tem os momentos de birra e que ele, professor, não pode desistir do mesmo e sim insistir para que ele desenvolva uma aprendizagem completa e realize a participação nas aulas.

Outro relato do entrevistado é que o mediador do aluno em questão é proativo, e que facilitou o diálogo, conseguindo manter uma relação de construção e não uma relação de posse do mediado, ato comum aos professores, que a sala de aula e o aluno são somente dele.

Em relação ao desenvolvimento do aluno, ele acredita que o vínculo da mediadora com o mesmo foi importante. Para ele, a afetividade da mediadora com o professor e o aluno fez diferença nesse processo e permitiu estabelecer metas, objetivos, diálogo entre ambos, além de colocar limites para o aluno, no sentido de aceitar regras e segui-las. Ele relata que atualmente ele não consegue imaginar a sua sala de aula sem o mediador escolar.

Em relação a função do mediador ele diz que pensava que era um facilitador, uma vez que foi o tema ao qual ele foi apresentado, da aprendizagem e que iria traduzir a aula para o aluno, e que ele daria aula para todos os outros e o mediador iria aproveitar essa aula explicar para o aluno a matéria. Na prática, ele aprendeu que não é assim, pelo contrário, o mediador não é somente do aluno e sim da situação, ou seja, é mediador do professor, aluno, do contato professor-aluno e aluno-turma. Para ele este profissional é uma figura chave na sala de aula, é alguém com quem ele pode dialogar/compartilhar as experiências e percepções de alunos em geral e como a evolução de um aluno em específico promove uma mudança na turma em seu desenvolvimento cognitivo, na cidadania e no social.

Por fim, ele disse que tem redescoberto formas de ensinar e que isso o faz muito feliz como professor. Sendo assim, consegue personalizar o ensino e que todos acabam sendo prestigiados. Para ele, na formação do mediador é fundamental ser pedagoga, pois essa formação permitiu o diálogo e o conhecimento sobre o aluno e o seu desenvolvimento. A formação em Pedagogia, segundo ele, facilitou o diálogo sobre metodologias e as práticas em relação ao alunado. Ele acredita que somente a graduação não é suficiente para atuar na área da educação e inclusão e que deve haver a formação continuada, porque ele vê, na prática, que a inclusão não é um livro fechado, ou seja, a cada dia surgem novos tratamentos, acompanhamentos, diagnósticos, entre outros. Em resumo, a formação continuada é necessária para o professor regente e o mediador.

3.6.4 Análise documental: anotações da pesquisadora

Um dos processos propostos para presente trabalho foi a análise documental. Esta análise se pautará na observação e comparação dos trabalhos, provas avaliativas e o caderno do aluno em questão. Será analisado no decorrer deste capítulo o material do ano letivo de 2014, por ser um ano de início do trabalho de mediação, e o material do ano letivo de 2016. Tal período foi escolhido para que fosse possível realizar a comparação e a constatação da influência da mediação escolar no processo de ensino aprendizagem do aluno em situação de inclusão escolar.

Análise será realizada pelo contraste entre o início do processo e dois anos depois de o processo já estar ocorrendo, tais como: realização das operações matemáticas básicas (adição, subtração, multiplicação e divisão), resolução de histórias matemáticas, produção de respostas/textos, uso da imaginação, uso de acentuação adequada, estruturação textual,

conjugação verbal, grafia, conceitos adotados na forma avaliativa, leitura e interpretação textual, organização espacial.

Analisando o material selecionado, observei que no ano letivo de 2014, que foi o ano de início do trabalho de mediação escolar, estando Caio no quarto ano do ensino fundamental I, havia diversas dificuldades que teriam que ser trabalhadas.

A escola na qual o aluno está matriculado adota o sistema de avaliação, no primeiro segmento, pautado em conceitos que são: I para insuficiente, S para suficiente, B para bom e MB para muito bom. Já no segundo segmento, o grau avaliativo é atribuído por meio de notas que variam entre 0 e 10 e a média estabelecida pela escola é 7,0.

Observando as avaliações de Caio referentes ao primeiro bimestre do ano de 2014, os conceitos alcançados foram I ou S. Tais conceitos foram atribuídos pois a maioria das questões não foram respondidas e as que foram não estavam corretas e/ou completas. Vale ressaltar que no referido período o trabalho de mediação escolar não havia iniciado. Ao iniciar o segundo bimestre do mesmo ano letivo, começou também o trabalho de mediação.

Optei por fazer, como dito anteriormente, uma análise de alguns “aspectos gerais” em relação ao desenvolvimento pedagógico e cognitivo do aluno nos anos letivos de 2014 e 2016, pois esses anos marcam a transição de um segmento para o outro, além de permitir uma comparação mais clara dos aspectos analisados.

Inicialmente, Caio realizava produções de textos curtos com pouco desenvolvimento das ideias além da imaginação limitada. Nas produções redigidas, ele não apresentava uma organização das ideias. Ainda em relação à linguagem escrita, o aluno apresentava dificuldades em relação à conjugação verbal, usando, na maioria das vezes, os verbos no infinitivo e, assim não realizando a conjugação dos mesmos e não apresentando uma escrita segundo à norma culta da língua portuguesa. As respostas, quando feitas, eram incompletas e, algumas vezes, não faziam sentido.

A grafia apresentada no ano de 2014 quando estava no quarto ano do ensino fundamental I, ano de início da mediação escolar, não era bem desenvolvida. As letras eram grandes, não respeitava as linhas, logo, não apresentava uma organização espacial. O trabalho realizado para desenvolver a área da linguagem foi pautado na comunicação social. Os estímulos visavam e objetivavam a melhora da expressão escrita e oral, fazendo-o compreender que é necessário se fazer entender de forma clara, correta e precisa em sua comunicação sendo esta oral ou escrita.

Caio apresentava dislalia²². Uma das características presentes nesse processo é a omissão ou troca de fonemas afetando a fala e a escrita. O aluno trocava o P pelo B e apresentava dificuldades em distinguir o uso do S, SS, Ç e Z.

Ao observar aspectos relacionados à linguagem matemática e as habilidades envolvidas, foi possível constatar que havia muitas dificuldades em realizar operações básicas (adição, subtração, multiplicação e divisão). Para realizar os cálculos, o aluno usava como apoio desenhos como bolinhas e traços, assim sendo, apresentava dificuldades de abstração. A dificuldade com a linguagem influenciava no processo de compreensão e resolução de histórias matemáticas.

Outra dificuldade apresentada no ano de 2014 foi o uso e contagem do sistema monetário. Caio não sabia realizar a leitura dos valores, bem como representar os mesmos com algarismos. Ao comprar algo, não sabe analisar se o dinheiro que eu tinha era suficiente para pagar e nem quais cédulas usar, entregava ao vendedor todas as cédulas disponíveis.

Uma observação realizada foi em relação à concentração da aula, autonomia para copiar do quadro e realizar correção de deveres copiando o gabarito. Tais habilidades não eram desenvolvidas satisfatoriamente. O poder de concentração era muito baixo, a todo momento se distraía nas aulas. Não apresentava autonomia para corrigir os deveres e copiar as respostas corretas.

O aspecto das relações sociais era bastante comprometido. Ele não interagiu com os demais alunos durante os trabalhos em dupla/grupo, recreio, educação física, entre outros espaços que é a possibilidade para interações.

A partir do terceiro bimestre até atualmente, ele conseguiu desenvolver alguns aspectos e melhorar em outros. Os conceitos de notas obtidas nas avaliações melhoraram. O que inicialmente variava entre I e S melhorou e passou a ser B e MB. Já no segundo segmento, todas as médias obtidas foram acima da média da escola que é 7,0, exceto em algumas matérias do primeiro bimestre do ano letivo de 2016 (6º ano). Nesse período/bimestre, Caio teve mediação compartilhada com alguns alunos da turma, pois foi o ano em que a LBI entrou em vigor a escola passou a ofertar o mediador escolar e eu me ausentei da escola, por opção dos

²² Dislalia: palavra originada do grego dys+lalia, é uma disfunção na fala que é caracterizada pela pronúncia incorreta das palavras, essa pronúncia pode ter omissão ou acréscimo de fonemas, além de realizar a troca de um fonema por outro ou até mesmo mudando-os desordenadamente. Em resumo os sintomas da dislalia são: omissão, substituição ou deformação de fonemas.

responsáveis, no período entre o início do primeiro bimestre do ano letivo de 2016 e meados do mesmo bimestre. Por este motivo suas notas não foram acima da média. Quando a mediação foi compartilhada, ele não soube controlar sozinho em alguns momentos as suas emoções e ansiedade para realizar as avaliações. Caio respondia as questões sem prestar atenção e não tinha paciência para esperar a mediadora acabar de atender outras crianças para assim conseguir ajudá-lo, assim sendo ele realizava as avaliações praticamente sozinho sem apoio, pois quando a mediadora conseguia ir até a sua mesa ele já havia entregue a prova. Ao perceber que a mediação compartilhada não estava sendo eficaz para o Caio a família em conjunto com a psicóloga que o acompanha optaram pelo o meu retorno no ambiente escolar.

As produções textuais passaram a ser mais desenvolvidas, pois conseguiu desenvolver a imaginação e organizar as ideias utilizando pontuações adequadas, parágrafos e acentuações. Ao desenvolver uma resposta ou uma narrativa, passou a conseguir usar e explorar uma maior quantidade de informações. A melhora na linguagem escrita foi devido ao uso das técnicas supracitadas, além do uso da conjugação verbal adequada ao tempo, número e grau.

Com os avanços relacionados à linguagem escrita, houve reflexos nas respostas produzidas em exercícios e provas, fazendo com que as respostas aos mesmos fossem completas, atendendo ao que era pedido. A grafia também passou pelo processo de evolução. Melhorou bastante, o tamanho da letra reduziu, a organização espacial ficou melhor. A dislalia ficou amenizada, o aluno passou a pronunciar as palavras antes de escrevê-las para fazer de forma correta.

As operações matemáticas básicas deixaram de ser simples, uma vez que estava cursando o sexto ano. Porém, a execução e a resolução de contas com todas as operações deixaram de ser resolvidas com desenhos. Com aquisição da abstração e enorme melhora na linguagem geral, as resoluções das histórias matemáticas ficaram mais claras e facilitadas.

O uso do sistema monetário ainda se encontra prejudicado, porém o aluno, ao realizar uma compra, pergunta quanto custa e observa as cédulas disponíveis para realizar o pagamento. Ainda possui dificuldades em conferir o troco.

Atualmente, Caio é suficientemente capaz de assistir às aulas e se concentrar para que haja entendimento do conteúdo ensinado. O aluno possui autonomia para realizar correções e copiar as respostas corretas.

As interações sociais foram trabalhadas durante os quatro anos letivos e atualmente o aluno consegue socializar buscando mecanismos próprios para tal. Para fortalecer os laços

sociais ele realiza algumas festas em sua casa, convida alguns amigos para ir ao cinema, vai a festas de aniversários.

Conforme analisado anteriormente as políticas públicas em inclusão são vastas. A legislação reforça o direito à inclusão de crianças autistas em uma escola regular além de garantir que esses alunos recebam atendimento individual especializado. A LBI deixa claro a importância do mediador escolar para que o processo de inclusão efetivamente ocorra. Nas entrevistas também foi possível constatar que os participantes também consideram o mediador escolar importante no processo de inclusão, ensino-aprendizagem, de rigidez alimentar, controle emocional, socialização, desenvolvimento do lúdico na rotina do aluno, comportamental, entre outros.

O professor entrevistado e a mãe de Caio foram enfáticos ao dizer que formação em Pedagogia foi primordial para a função de mediador e para o trabalho que foi desenvolvido. Afirmaram que esta formação permitiu que as adaptações em trabalhos, atividades e provas fossem específicas para as dificuldades encontradas pelo aluno. A formação também permitiu um melhor conhecimento do diagnóstico do aluno e assim auxiliou no trabalho realizado, além do uso da didática que facilitou o diálogo entre as partes envolvidas na mediação escolar. Porém somente a formação em Pedagogia não é suficiente para realizar um trabalho de excelência, ficou claro que a Psicopedagogia também foi uma importante fonte de estudos para que ocorresse da melhor forma possível a formação escolar e a inclusão do aluno em questão.

A mediação escolar foi um importante fator na escolarização do aluno, pois por meio dela foi possível desenvolver o prazer do aluno em aprender. Quando o prazer foi resgatado e a sua inteligência deixou de ser aprisionada muitos aspectos progrediram. Um dos aspectos que foi notada mudança dizem respeito aos conceitos/notas relacionados ao rendimento escolar, como pode ser visto nas imagens abaixo.

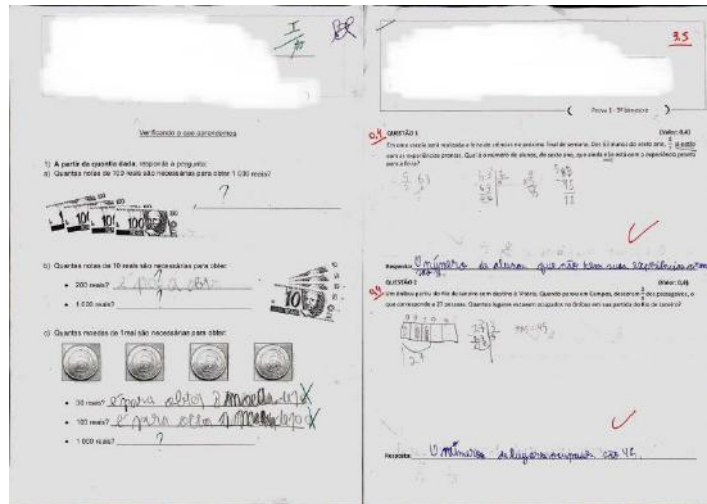


Figura 1 Produção de Caio na questão de conceitos que recebia nos trabalhos

Outras áreas na qual a mediação escolar atuou e auxiliou na melhora foi na grafia do aluno, na organização espacial, na produção textual e na produção de respostas mais claras, precisas. Antes da mediação a letra era grande, sem organização espacial. Com as imagens abaixo é possível observar a mudança ocorrida.

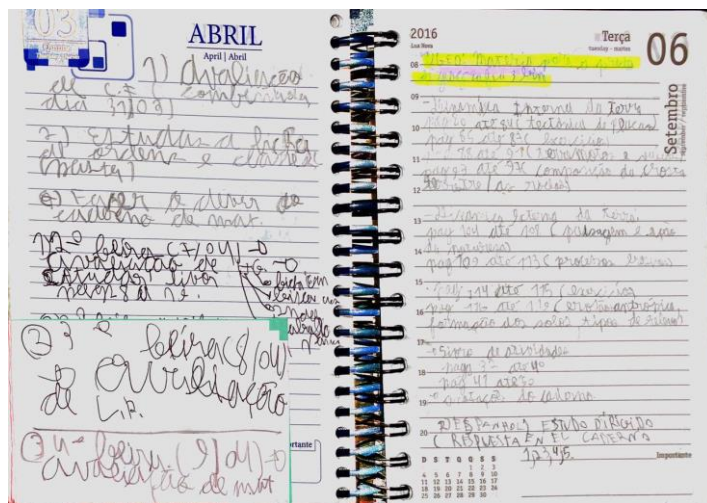


Figura 2 produção de Caio - organização do espaço

A produção textual passou a apresentar o uso da imaginação, organização das ideias, conjugação verbal, pontuação e exploração de informações pertinentes ao texto. Podemos observar por meio da seleção de duas produções as melhoras supracitadas.

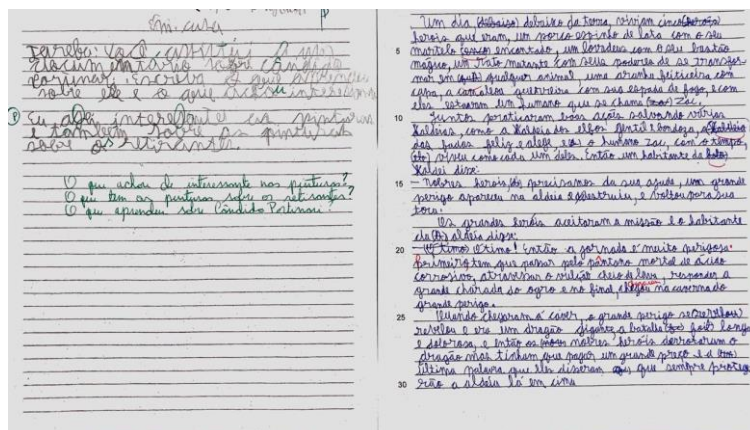


Figura 3 produção textual de Caio depois de um tempo de mediação

A mediação escolar, segundo os entrevistados e análise documental, também auxiliou nas resoluções das operações básicas da matemática bem como na resolução de problemas, uma vez que os avanços e melhoras na linguagem que ocorreram auxiliaram nesta área. Com o apoio e incentivo, o aluno se sentia confiante e passou a conseguir organizar os seus conhecimentos e colocá-los em prática. Tais avanços podem ser observado a seguir.

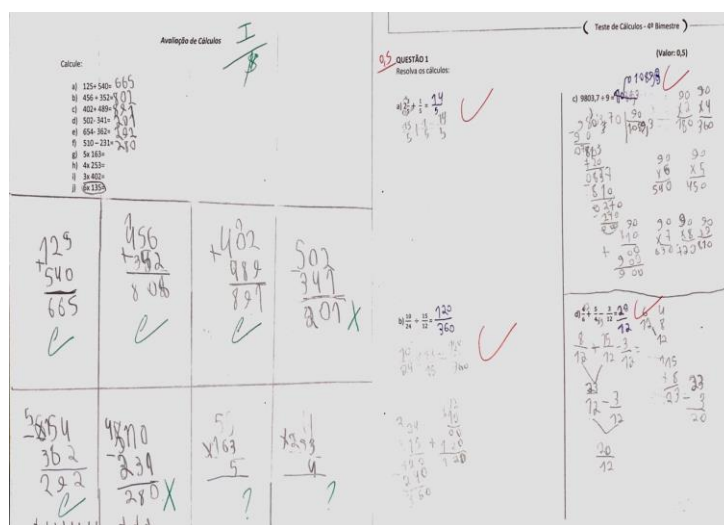


Figura 4 produção de Caio em Matemática

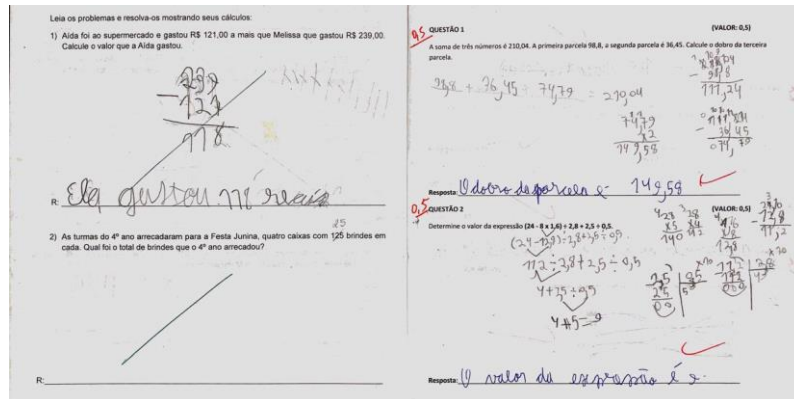


Figura 5 Produção de Caio em problemas matemáticos

Ao analisar as anotações feitas no decorrer dos anos letivos e as entrevistas, constatei que a socialização do aluno se desenvolveu. No início da mediação escolar, o aluno não brincava com os demais alunos da turma, sempre se mantinha isolado. Em um certo dia que me disse que queria ser como as outras crianças, aproveitei essa fala para trabalhar, por meio da mediação, a socialização dele. Iniciei o processo aos poucos, fazendo-o primeiramente observar as crianças e como elas se relacionavam umas com as outras e, posteriormente, realizamos uma comparação com a postura tomada por ele. Chegamos juntos à conclusão que se mantendo isolado ele não estaria sendo como os demais. Aos poucos, ele começou a se interessar pelas brincadeiras e participar das mesmas. No início, eu também brincava junto a fim de incentivar e cativar a sua participação e a aceitação das outras crianças em relação a presença dele no ambiente. Atualmente, a socialização ainda enfrenta algumas dificuldades, pois os interesses pelas atividades são diferentes, porém progrediu bastante.

Conclusão

A inclusão escolar no Brasil ainda está longe de ser ideal. Porém, há inúmeras políticas públicas que garantem o direito dos alunos com necessidades educacionais específicas. A mais recente, que é a Lei Brasileira de Inclusão, garante o direito ao aluno de receber o acompanhamento de um mediador escolar com a finalidade de auxiliar no processo de inclusão e no processo de ensino e aprendizagem.

O profissional atuante nessa área da educação precisa ter formação compatível com a área e o trabalho que irá praticar. Vale ressaltar que é de extrema importância o profissional buscar uma formação continuada a fim de aprimorar os conhecimentos pertinentes para atuar na área da educação inclusiva. A função do mediador é de extrema importância e enfrenta diversos desafios em prol de uma educação que seja verdadeiramente inclusiva. A atuação do mediador escolar vai além do ensinar conteúdos pedagógicos, pois o trabalho desenvolvido influencia no processo de ensino-aprendizagem, emocional, social, adaptações de materiais, criação de estratégias pedagógicas, diálogo com os demais profissionais envolvidos no processo de inclusão. O diálogo com a família, Caio, professores, comunidade escolar, equipe terapêutica, entre outros é de extrema importância, pois por meio dele é possível traçar objetivos, estratégias, metas para que se tenha bons resultados e o processo de inclusão e aprendizagem sejam facilitados.

A mediação escolar possibilita o desenvolvimento em diversos âmbitos na vida de uma criança diagnosticada dentro do espectro autista, dentre eles: controle emocional, autonomia para saber lidar com as tensões emocionais e a rotina escolar, desenvolvimento da autoestima e controle emocional, a capacidade de socialização e interação comunicativa, desenvolvimento do uso da imaginação, desenvolvimento da linguagem em geral, resolução de cálculos e problemas matemáticos, entre outros. Como podemos analisar os ganhos e desenvolvimentos não são poucos. Ficou evidente que quando o emocional do Caio está em equilíbrio é possível alcançar avanços e desenvolvimentos em sua vida no geral.

Ficou igualmente claro que a formação em Pedagogia e os estudos pautados na Psicopedagogia foram importantes fatores para que eu pudesse desempenhar a função de mediadora escolar, além da formação continuada. Pois por meio deles foi possível compreender os acontecimentos observados e realizar o desenvolvimento de estratégias para o trabalho de mediação para com o aluno em questão. Pelo trabalho de mediação, diálogo, estudos teóricos, estratégias de ensino foi possível cooperar para que Caio recuperasse o prazer em aprender e

conquistar progressos, a partir do momento em que foi acreditado que ele seria autor de seu pensamento e teria autonomia no processo de ensino-aprendizagem, ponto essencial de um processo psicopedagógico. A Psicopedagogia, ao estudar e apostar no vínculo com a aprendizagem como resgate do prazer de aprender, faz com que possamos trabalhar um processo e não um sujeito somente. O olhar e a escuta da mediadora, autora desta monografia, foi vital para que muitas das conquistas de Caio pudessem ser percebidas por ela e pelo professor, além da família e outros especialistas que compunham a equipe multidisciplinar que dava apoio a Caio. Por fim, posso afirmar que o mediador sempre será um importante profissional no processo de inclusão escolar.

Referências

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM:5 Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais**: DSM-5.5 ed Porto Alegre, RS: Artmed editora,2014.
- AZEVEDO, I. **Olhares sobre o Mediador escolar: um agente social a serviço da inclusão escolar**. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/Imira-Fonseca-de-Azevedo.pdf>.
- BEAUCLAIR, J. **Incluir é viver a beleza da diversidade**. Rio de Janeiro:2007. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/poesias-do-social/666873>.
- BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. **Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas**. Ver.bras.educ.espec. Marília, V.20, n.3.p.371-386, Setembro, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000300005 .
- BIALER, M. **A inclusão escolar nas autobiografias de autistas**. São Paulo:2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v19n3/2175-3539-pee-19-03-00485.pdf>.
- BOSSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das letras,1994.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2015.
- BAPTISTA, C.R; BOSA, C. **Autismo e educação**. Reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed,2002.
- CANEN, A. **Metodologia da Pesquisa: abordagem qualitativa**. Coleção Veredas, módulo 4. V.1, p.215-240. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2003.
- CASEIRO, C; GEBRAN, R. **Avaliação formativa: concepções, práticas e dificuldades**. Nuances: estudos sobre Educação. Presidente Prudente, SP, ano XIV, v.15, n. 16, p.141-161, jan/dez. 2008.
- CUNHA, E. **Autismo e inclusão**. Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 4.ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2012.

DAVID, V. **Autismo e educação: a constituição do autista como aluno da rede municipal do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/Viviane_Felipe_Dissertacao.pdf .

DRAGO, R. **Síndromes. Conhecer, planejar e incluir.** 2ed. Rio de Janeiro: Wak Ed.,2013.

FARIAS, I; MARANHÃO, R; CUNHA, A. **Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da experiência de aprendizagem mediada.** Ver.bras.educ.espec., Marília, v.14, n3, p.365-384, Dezembro, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v14n3/v14n3a04.pdf> .

FERNÁNDEZ, A. **Os idiomas do aprendente.** Análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação. Porto Alegre: Artmed Editora,2001.

FERREIRA, A. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** 3.ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FONSECA, B. **Mediação escolar e autismo.** A prática pedagógica intermediada na sala de aula. Rio de Janeiro: Wak Ed.,2014.

FREITAS, E. **Mediador escolar.** Recriando a arte de ensinar. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2015.

GONZÁLES, E. (ORG). **Necessidades educacionais específicas: intervenção psicoeducacional.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

GRANEMANN, J. **Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola: uma proposta e em ascensão.** Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt15-3634-int.pdf> .

HIGASHIDA, N. **O que me faz pular.** Rio de Janeiro: Intrínseca,2014.

IVENICKI, A.; CANEN, A. **Metodologia da pesquisa: rompendo fronteiras curriculares.** Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2016.

KUBASKI, C.; POZZOBON, F.; RODRIGUES, T. **Investigando a qualidade da inclusão de alunos com autismo nos anos iniciais.** Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt15-4422.pdf>.

LEME, E. **Inclusão em educação: das políticas às práticas do cotidiano escolar.** Rio de Janeiro:2011. Disponível em: http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/erika_souza_leme.pdf.

LIMA, S.; LAPLANE, A. **Escolarização de alunos com autismo.** Rev.bras.educ.espec., Marília, v.22, n.2, p.269-284, junho 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

65382016000200269&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.

LOCKMANN, K. **As práticas de in/ exclusão na escola e a redefinição do conhecimento escolar: implicações contemporâneas.** Educ.rev., Curitiba, n.5, p. 275-292, dez.2014.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602014000400017&lang=pt .

MAIA, H. **Necessidades educacionais especiais.** Coleção Neuroeducação – V1.03. Rio de Janeiro:Wak Ed.,2011.

MAZZOTTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais. Pesquisa quantitativa e qualitativa.** São Paulo: Pioneira, 2000.

MELO, S. **Inclusão em educação: um estudo sobre as percepções de professores da rede Estadual de Ensino Fundamental do Rio de Janeiro, sobre práticas pedagógicas es inclusão.** Rio de Janeiro:2010. Disponível em:

http://www.educacao.ufrj.br/ppge/teses/sandra_cordeiro_de_melo.pdf .

MOUSINHO, R. et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. Rev.psicopedag., São Paulo, v.27, n.82, p.92-108, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v27n82/v27n82a10.pdf>.

OLIVER.L. **Transtornos de comportamento e distúrbios de aprendizagem.** Rio de Janeiro: Wak Ed.,2013.

ONU. **Declaração de Salamanca. Sobre princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID 10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ORRÚ, S. **Autismo, linguagem e educação.** Interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak Ed.,2012.

OURO PRETO. D. **Capital Inicial gigante. Gratidão.** Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/capital-inicial/gratidao.html>.

PAULILO, M. S. **A Pesquisa Qualitativa e a história de vida.** Serviço Social em Revista. Londrina, v.2, n.1, p. 135-148, jul/dez. 1999.

PORTAL, E. **Jean Piaget: biografia.** Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/psicologia/jean-piaget-biografia/53974>.

RODRIGUES, M.; FERREIRA, M. **A inclusão de crianças com necessidades educativas**

especiais no ensino regular em Portugal: a opinião de educadores de infância e de professores do 1º ciclo do ensino público e privado. Rev.bras.educ.espec., Marília, v.23, n.1, p.37-52, jan.- mar., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v23n1/1413-6538-rbee-23-01-0037.pdf>.

SANTIAGO, M. Laboratório de aprendizagem: das políticas às práticas de inclusão e exclusão em educação. Rio de Janeiro:2011. Disponível em: http://www.educacao.ufrj.br/ppge/teses/Tese_final_Mylene_revisao_completa.pdf .

SILVA DA LUZ, M.; GOMES, C. E LIRA, A. Narrativas sobre a inclusão de uma criança autista: desafios à prática docente. Educação, Lima, v.26, n.50, p. 123-142, março de 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1019-94032017000100007&lang=pt.